

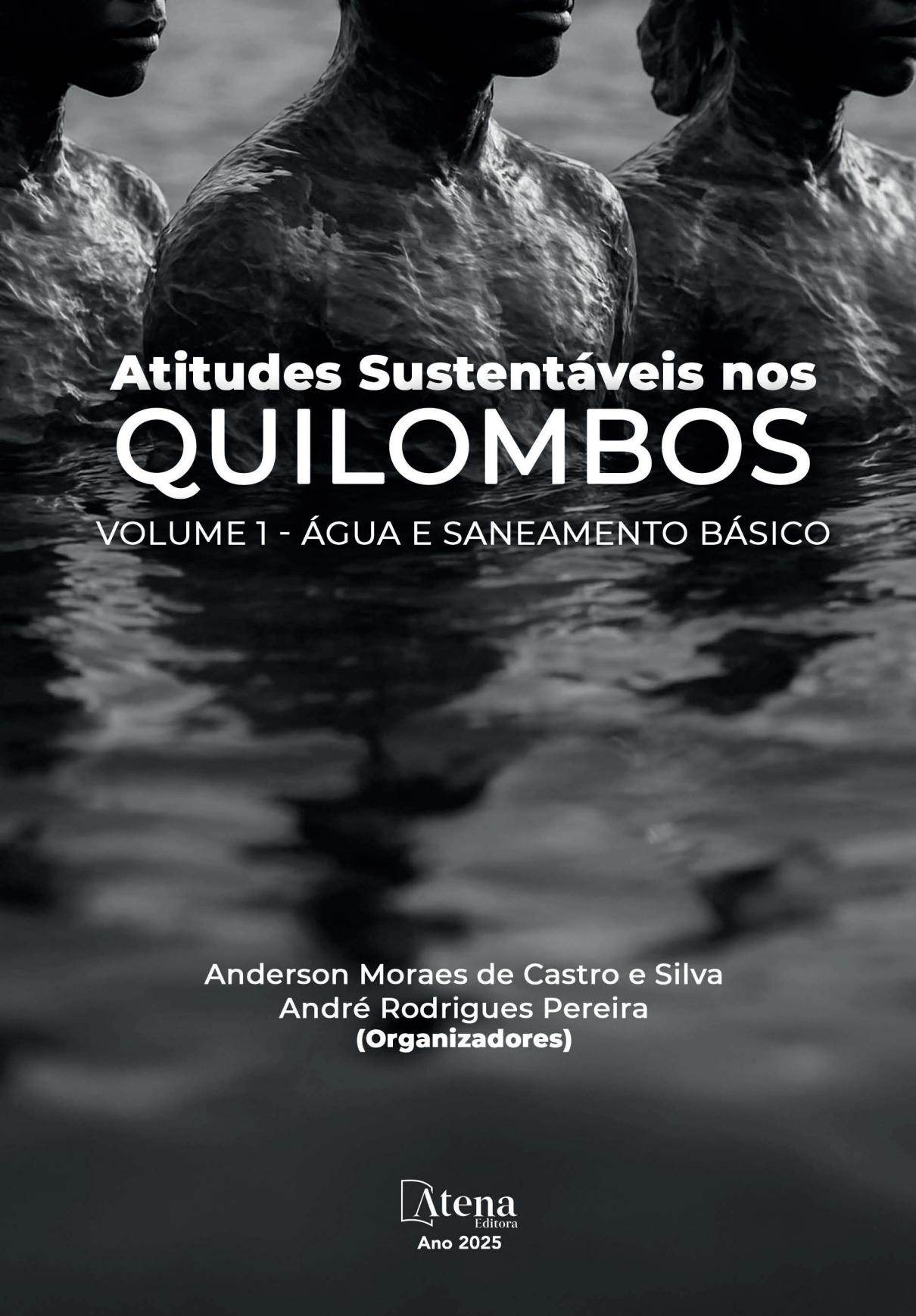
Atitudes Sustentáveis nos QUILOMBOS

VOLUME 1 - ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

Anderson Moraes de Castro e Silva

André Rodrigues Pereira

(Organizadores)



Atitudes Sustentáveis nos QUILOMBOS

VOLUME 1 - ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

**Anderson Moraes de Castro e Silva
André Rodrigues Pereira
(Organizadores)**

2025 by Atena Editora

Copyright © 2025 Atena Editora

Copyright do texto © 2025, o autor

Copyright da edição © 2025, Atena Editora

Os direitos desta edição foram cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena Editora

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira Scheffer

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Yago Raphael Massuqueto Rocha



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo desta obra, em sua forma, correção e confiabilidade, é de responsabilidade exclusiva dos autores. As opiniões e ideias aqui expressas não refletem, necessariamente, a posição da Atena Editora, que atua apenas como mediadora no processo de publicação. Dessa forma, a responsabilidade pelas informações apresentadas e pelas interpretações decorrentes de sua leitura cabe integralmente aos autores.

A Atena Editora atua com transparência, ética e responsabilidade em todas as etapas do processo editorial. Nossa objetivo é garantir a qualidade da produção e o respeito à autoria, assegurando que cada obra seja entregue ao público com cuidado e profissionalismo.

Para cumprir esse papel, adotamos práticas editoriais que visam assegurar a integridade das obras, prevenindo irregularidades e conduzindo o processo de forma justa e transparente. Nossa compromisso vai além da publicação, buscamos apoiar a difusão do conhecimento, da literatura e da cultura em suas diversas expressões, sempre preservando a autonomia intelectual dos autores e promovendo o acesso a diferentes formas de pensamento e criação.

Atitudes sustentáveis nos quilombos: Volume 1 - Água e saneamento básico

| Organizadores:

Anderson Moraes de Castro e Silva
André Rodrigues Pereira

| Revisão:

Os autores

| Diagramação:

Nataly Gayde

| Capa:

Yago Raphael Massuqueto Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A872 Atitudes sustentáveis nos quilombos: Volume 1 - Água e
saneamento básico / Organizadores Anderson
Moraes de Castro e Silva, André Rodrigues Pereira.
– Ponta Grossa - PR: Atena, 2025.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-3782-6

DOI <https://doi.org/10.22533/at.ed.826251811>

1. Saneamento básico e serviços de saneamento. I.
Silva, Anderson Moraes de Castro e (Organizador). II.
Pereira, André Rodrigues (Organizador). III. Título.

CDD 363.739

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

📞 +55 (42) 3323-5493

📞 +55 (42) 99955-2866

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Ariadna Faria Vieira – Universidade Estadual do Piauí
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Cláudio José de Souza – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Prof^a Dr^a. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Elio Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Glécilla Colombelli de Souza Nunes – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Cândido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A presente obra é fruto de uma atividade de extensão universitária desenvolvida na Faculdade de Ciência Exatas e Engenharia da UERJ Campus Zona Oeste, sob o título de *Atitudes Sustentáveis nos Quilombos*. O projeto surgiu em 2022 quando uma representante do quilombo Dona Bilina, localizado no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, trouxe a preocupação com a qualidade da água ingerida no território do referido quilombo. Na ocasião, alguns dos integrantes do projeto fizeram visitas ao local e entrevistas para entender qual era a relação que as pessoas tinham com a água, tanto com o acesso quanto com o despejo, após o uso. De lá pra cá, o projeto se expandiu para os demais quilombos do Estado do Rio de Janeiro, muitas foram as trocas e aprendizados que marcaram essa trajetória. O livro é uma pequena tentativa de sistematizar e preservar aspectos desses encontros.

O primeiro capítulo vem contando os principais marcos históricos e legais sobre a origem dos quilombos no Brasil, apontando que são muito mais do que locais de resistência. Resistir era preciso, mas não apenas na arte do enfretamento. Havia produção cultural, tradição medicinal, cultura religiosa sem perder, no entanto o caráter de luta pelo direito de existir dignamente. O segundo capítulo propõe um paralelo entre o conceito de desenvolvimento sustentável até os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo como pano de fundo as práticas tradicionais das comunidades quilombolas. Já o terceiro capítulo nos desvela a história da Fazenda Real de Santa Cruz e o que aconteceu com aquelas terras após a expulsão dos Jesuítas, inclusive no tocante aos quilombos que por lá se desenvolveram.

O quarto capítulo aborda o acesso a água de qualidade para as comunidades quilombolas, aspectos técnicos do tratamento de água e, por fim, reflete sobre as garantias e direitos que a população brasileira possui em relação ao acesso à água, questionando se nas comunidades quilombolas este acesso está garantido ou se existe um descompasso entre a previsão legal e a realidade das comunidades. Na mesma perspectiva teórica, o capítulo seguinte analisa o saneamento básico nas comunidades quilombolas, as políticas públicas que norteiam a questão do saneamento e a realidade das comunidades tradicionais.

O sexto capítulo apresenta um estudo de caso. Trata-se de projeto que implementado no quilombo da Ilha da Marombaia (Mangaratiba/RJ), que tem como objetivo principal o reflorestamento de áreas desmatadas, auxiliando dentre

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

outras coisas a produção de água para a comunidade quilombola. No penúltimo capítulo se discute aspectos metodológicos da coleta de dados em comunidades tradicionais. Como elaborar um questionário adequado para essas interações? O capítulo leva em consideração os diversos aspectos inerentes ao um bom resultado de uma ou algumas perguntas onde o objetivo principal é chegar o mais próximo possível da realidade vivida pelo entrevistado. Encerrando a obra, o último capítulo nos brinda com o frescor dos novos olhares sobre o mundo. Dois jovens estudantes que integram o projeto de extensão dividem conosco suas vivências no projeto. De um lado, apontam o desafio que foi para eles estar no campo, em contato direto e repetitivo com as moradores dessas comunidades. De outro lado, ressaltam como essa experiência foi gratificante e o aprendizado adquirido em decorrência das atividades do projeto.

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todos os integrantes da equipe do projeto que contribuíram, cada qual ao seu modo, para o desenvolvimento das atividades extensionistas como para elaboração do presente livro.

Gostaríamos de agradecer também a todos os participantes das atividades de extensão que realizamos, dos eventos acadêmicos sediados na UERJ Zona Oeste às atividades desenvolvidas em diferentes territórios quilombolas. Assim como agradecimentos são devidos à direção da FCEE-UERJ/ZO, que sempre nos apoiou quando precisamos de auxílios para realização de eventos ou de transporte para os deslocamentos da equipe do projeto.

Em especial, as lideranças dos quilombos: Bongaba, Dona Bilina, , Espírito Santo, Feital, Ilha da Marambaia, Maria Joaquina, Maria Romana, Preto Forro e Sobara, com as quais interagimos e conversamos em algum momento ao longo do desenvolvimento do projeto de extensão Atitudes Sustentáveis nos Quilombos, enviamos nossa gratidão.

Mediadores importantes foram essenciais para nosso acesso aos territórios e lideranças quilombolas, nossos especiais agradecimentos a Alessandra (Prefeitura de Cabo Frio) e ao Magno (EMATER).

Evidentemente que sem a participação dos alunos, voluntários e bolsistas, nada teria sido possível. Ao DEPEXT/UERJ agradecemos pelas bolsas de extensão que nos possibilitaram contar com as contribuições dos discentes Pedro Paulo Oliveira (2024) e Davi Augusto Rodrigues (2025).

Sigamos!

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 1

NO PRINCÍPIO ERA O VERBO, E O VERBO ERA RESISTIR COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA INTRODUÇÃO

Anderson Moraes de Castro e Silva

Roberta Baltar dos Santos

William de Souza Nunes Martins

DOI <https://doi.org/10.22533/at.ed.8262518111>

CAPÍTULO 2 14

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SUSTENTABILIDADE

Anderson Moraes de Castro e Silva

Roberta Baltar dos Santos

William de Souza Nunes Martins

DOI <https://doi.org/10.22533/at.ed.8262518112>

CAPÍTULO 3 24

QUILOMBOS NA FAZENDA DE SANTA CRUZ, SÉCULO XIX

Edité Moraes da Costa

DOI <https://doi.org/10.22533/at.ed.8262518113>

CAPÍTULO 4 35

O ACESSO A ÁGUA POTÁVEL E SEGURA NOS QUILOMBOS

Anderson Moraes de Castro e Silva

André Rodrigues Pereira

DOI <https://doi.org/10.22533/at.ed.8262518114>

CAPÍTULO 5 45

QUILOMBOLAS E O ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO: DESAFIOS, PROPOSTAS E ESTUDOS

Maria Francisca do Nascimento

Jeferson Luis da Silva Rosa

DOI <https://doi.org/10.22533/at.ed.8262518115>

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6	60
QUILOMBO DA ILHA DA MARAMBAIA	
Natan Barbosa Juvenal dos Santos	
Lara Miranda Campbell	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8262518116	
CAPÍTULO 7.....	72
ESTUDOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS METODOLÓGICOS	
Anderson Moraes de Castro e Silva	
Rosana da Paz Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8262518117	
CAPÍTULO 8.....	77
A ATIVIDADE EXTENSIONISTA	
Pedro Paulo Oliveira Lopes Coelho	
Abimael Maia dos Santos Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8262518118	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	87



C A P Í T U L O 1

NO PRINCÍPIO ERA O VERBO, E O VERBO ERA RESISTIR COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA INTRODUÇÃO

Anderson Moraes de Castro e Silva

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0000-0002-5668-0354>

Roberta Baltar dos Santos

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0007-0364-1689>

William de Souza Nunes Martins

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0000-0001-7837-7359>

RESUMO: Este artigo aborda a relevância histórica e contemporânea dos quilombos no Brasil, desde sua formação como espaços de liberdade por africanos escravizados e outros grupos marginalizados até seu reconhecimento legal. Analisa-se a evolução do termo “quilombo” e suas dinâmicas sociais, estratégias de sobrevivência e múltiplas formas de resistência, cultural e armada, com base em estudos de historiadores como Silvia Hunold Lara, João José Reis, Flávia Lacerda e Roger Bastide. O trabalho destaca o impacto duradouro dos quilombos na identidade nacional e nos movimentos sociais. Por fim, explora-se o arcabouço constitucional (Art. 68 ADCT, Arts. 215 e 216 da CF/88) e institucional (Fundação Cultural Palmares, INCRA, Decreto nº 4.887/2003) que assegura os direitos quilombolas, sem deixar de discutir os desafios atuais de titulação, acesso a serviços e proteção territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombos; Resistência; Cultura Afro-Brasileira; Legado Histórico; Movimento Quilombola.

IN THE BEGINNING WAS THE WORD, AND THE WORD WAS RESISTANCE QUILOMBOLA COMMUNITIES: AN INTRODUCTION

ABSTRACT: This article addresses the historical and contemporary relevance of quilombos in Brazil, from their formation as spaces of freedom by enslaved Africans and other marginalized groups to their legal recognition. It analyzes the evolution of the term “quilombo” and its social dynamics, survival strategies, and multiple forms of resistance, both cultural and armed, based on studies by historians such as Silvia Hunold Lara, João José Reis, Flávia Lacerda, and Roger Bastide. The work highlights the enduring impact of quilombos on national identity and social movements. Finally, it explores the constitutional framework (Art. 68 ADCT, Arts. 215 and 216 of the CF/88) and institutional framework (Fundação Cultural Palmares, INCRA, Decree nº 4.887/2003) that ensures quilombola rights, without neglecting to discuss the current challenges of land titling, access to services, and territorial protection.

KEYWORDS: Resistance; Afro-Brazilian Culture; Historical Legacy; Quilombola Movement.

INTRODUÇÃO

A definição historiográfica do núcleo central dos quilombos, em sua origem, transcende a noção simplista de um mero refúgio para escravizados foragidos. Fundamentalmente, um quilombo representava um complexo e deliberado projeto de reconstrução social, política e cultural em antagonismo direto ao sistema escravista. Eram espaços onde se buscava ativamente reconstituir laços de parentesco e solidariedade, criar formas autônomas de governo e desenvolver economias de subsistência que, longe de serem totalmente isoladas, frequentemente mantinham relações dinâmicas — fossem elas de conflito, negociação ou comércio — com a sociedade ao redor (GOMES, 2012). Portanto, mais do que um ato de fuga, a fundação de um quilombo era um profundo ato de resistência política que, ao criar uma ordem social alternativa, questionava na prática a legitimidade e o controle do poder senhorial e colonial (REIS, 1988; MOURA, 1993).

É fundamental, contudo, historicizar o próprio termo. A palavra ‘quilombo’, de origem na língua banto, foi ressignificada no Brasil Colônia para designar, sob a ótica da administração metropolitana, um ajuntamento ilegal de escravizados fugidos e, portanto, um ‘problema de polícia’ a ser reprimido. Séculos depois, a partir da mobilização do movimento negro e da Constituição de 1988, o conceito foi novamente ressignificado, transformando-se de um alvo de repressão em um poderoso símbolo de identidade, direito à terra e resistência cultural. Compreender essa trajetória do conceito é essencial para analisar seu significado histórico e contemporâneo.

A origem do termo “quilombo” é incerta, mas acredita-se que tenha raízes nas línguas africanas, referindo-se a locais de refúgio ou acampamentos. No Brasil, os quilombos eram estabelecidos em locais de difícil acesso, como matas, serras e mangues, o que dificultava a ação das forças repressivas coloniais. E, ao mesmo tempo, atraía também a atenção de outros atores sociais marginalizados.

Os quilombos representam muito mais do que simples fugas de escravizados. Essas comunidades eram verdadeiros refúgios de liberdade e resistência, onde seus membros buscavam construir uma nova vida, livre das amarras do sistema colonial. Mas não eram comunidades onde a anomia imperava, ao menos é o que sugerem os estudos, onde lideranças locais tenderiam a centralizar o papel decisório (GOMES, 2012; REIS, 1988; MOURA, 1993; LACERDA, 2003; LARA, 2022).

Esses espaços eram estabelecidos em locais de difícil acesso, como matas, serras e mangues, o que dificultava a ação das forças repressivas coloniais. De um modo geral, os quilombos eram comunidades autossuficientes, mas os indícios materiais encontrados pela arqueologia também sugerem que praticavam trocas sazonais com outros atores sociais. Nesses locais, os habitantes construíam suas próprias sociedades, buscando a autossuficiência e a autonomia. A produção de alimentos, a criação de animais e a manufatura de artesanato eram atividades essenciais para a sobrevivência dessas comunidades.

Além da busca pela liberdade, os quilombos tinham como objetivo a construção de uma nova forma de vida, baseada em valores e princípios diferentes daqueles da sociedade escravista. A preservação da cultura africana era uma parte fundamental desse projeto, sendo transmitida de geração em geração através de rituais, músicas, danças, crenças. Em todos esses casos, a linguagem e a culinária nutriam identidades.

A organização social dos quilombos era bastante complexa e difusa, variando de acordo com a origem étnica dos seus membros e com o contexto histórico e geográfico. No entanto, algumas características eram comuns a todas essas comunidades, como a existência de líderes, conselhos e regras comunitárias. Os quilombos eram sociedades igualitárias, onde todos os membros tinham direitos e deveres. Essas comunidades representam um marco fundamental na história do Brasil, simbolizando a resistência, a luta pela liberdade e a construção de uma identidade própria. Mas, para além da romantização a posteriori do cotidiano e das condições de vida, existiram comunidades reais nas quais a sobreviver exigia dedicação a labuta diária, com muito trabalho físico. Na atualidade, estudar e revisar a produção intelectual sobre esse tema se tornou um desafio essencial para compreender a complexidade da formação da sociedade brasileira e para valorizar a diversidade cultural do país.

A DINÂMICA DOS QUILOMBOS

Como dito acima, a vida nos quilombos era marcada pela autossuficiência, pela produção de alimentos, pela criação de animais e pela feitura de artesanato. Os quilombolas desenvolveram sistemas de organização social próprios, com líderes, conselhos e regras comunitárias. A religião, fortemente influenciada pelas tradições africanas, desempenhava um papel central na vida social e cultural dessas comunidades.

Para compreender a complexidade da vida nos quilombos, é fundamental recorrer às obras de historiadores que se dedicaram a estudar esse tema. Entre eles, destacam-se Silvia Hunold Lara (2022), João José Reis (1988), Flávia Lacerda (2003) e Roger Bastide (2005), cujas obras oferecem insights valiosos sobre a organização social, a cultura e a resistência dos quilombolas.

Em conjunto, as perspectivas de Lara, Reis e Lacerda oferecem uma visão tridimensional da experiência quilombola. Se a análise de Reis foca na dimensão externa da luta — a resistência armada como contestação direta ao poder senhorial —, as de Lacerda e Lara voltam-se para a complexa vida interna que tornava essa resistência possível. Lacerda revela como a ‘invenção’ de uma cultura autônoma forjava a coesão social, enquanto Lara nos lembra que essa invenção era a antítese radical de uma ordem de dominação que se ‘aprendia’ e se negociava cotidianamente. Portanto, o quilombo não era apenas o lugar da ‘não escravidão’, mas o espaço da criação de uma sociabilidade própria, cuja força cultural interna alimentava a capacidade de resistência externa.

Para além da análise da resistência ativa, é crucial compreender a complexidade do sistema que a gerava. Nesse sentido, a obra “Palmares & Cucaú: O Aprendizado da Dominação”, de Silvia Hunold Lara (historiadora vinculada à UNICAMP), oferece um arcabouço teórico indispensável. Lara propõe o conceito de ‘aprendizado da dominação’, argumentando que a relação senhor-escravo não era estática, mas um processo social dinâmico no qual ambos os lados aprendiam constantemente a gerir o conflito. Ao contrastar o microcosmo da dominação no engenho Cucaú com a negação radical dessa ordem em Palmares, a autora demonstra que a dominação exigia estratégias complexas de controle, negociação e violência, enquanto a sobrevivência e a resistência dos escravizados passavam por um aprendizado contínuo das fissuras e limites desse mesmo sistema. A existência de Palmares, portanto, não representa apenas a fuga, mas o ápice da contestação a uma ordem que se aprendia cotidianamente a impor e a subverter.

João José Reis (1988), em sua obra “Rebeldes do Escravismo”, demonstra que os quilombos não eram apenas refúgios para escravizados fugidos, mas sim espaços de resistência ativa contra o sistema escravista. Os quilombolas desenvolviam estratégias

de luta armada, estabeleciam alianças com outros grupos sociais e construíam uma cultura política própria. A resistência dos quilombos era uma forma de desafiar o poder dos senhores de engenho e questionar a legitimidade da escravidão.

Flávia Lacerda (2003), em “A Invenção do Quilombo”, aborda a importância da cultura na construção da identidade quilombola. A autora demonstra como os quilombos eram espaços de produção cultural, onde as tradições africanas eram preservadas e transformadas. A religião, a música, a culinária e as práticas medicinais africanas eram elementos fundamentais da vida quilombola, conferindo aos mesmos uma identidade própria e fortalecendo seus laços comunitários.

Estamos falando de comunidades com uma organização social complexa. A produção agrícola, a criação de animais e a produção de artesanato eram atividades essenciais para a sobrevivência da comunidade. A divisão do trabalho era geralmente baseada em gênero e idade, com as mulheres desempenhando um papel fundamental na produção de alimentos e na educação das crianças.

Roger Bastide (2005), em “Os Africanos no Brasil”, destaca a importância da cultura africana na formação da sociedade brasileira. O autor analisa como as religiões afro-brasileiras, como o candomblé, por exemplo, tiveram origem nos quilombos e se espalharam por todo o território nacional.

A localização dos quilombos em áreas de difícil acesso era uma estratégia para escapar da perseguição das autoridades coloniais. No entanto, essa localização também impunha desafios, como a necessidade de se adaptar a ambientes hostis e a dificuldade de obter alguns recursos. Portanto, a vida nos quilombos era marcada pela constante luta pela sobrevivência e pela defesa da liberdade.

A RESISTÊNCIA ARMADA E CULTURAL

Como mencionamos, os quilombos não eram apenas espaços de fuga, mas também de resistência armada. Várias revoltas e emboscadas foram organizadas contra as forças coloniais, demonstrando a disposição dos quilombolas de defender sua liberdade. Além da resistência militar, os quilombos também representavam um importante espaço de resistência cultural, onde as tradições de culturas não dominantes eram preservadas e transmitidas de geração em geração.

João José Reis (1988) demonstra que a fuga era apenas o primeiro passo na construção de um quilombo. A partir desse momento, os quilombolas desenvolviam uma série de estratégias para se defender de ataques e garantir sua sobrevivência. A construção de fortificações, a utilização de armas e a organização de milícias eram comuns em muitos quilombos.

A resistência armada dos quilombos era uma forma de desafiar o poder dos senhores de engenho e questionar a legitimidade da escravidão. Ao atacar fazendas, roubar animais e liberar outros escravizados, os quilombolas não apenas buscavam sua própria liberdade, mas também enfraqueciam o sistema escravista como um todo.

Diferentes modos de resistência e enfrentamento eram ali gestados e praticados, a força e a resistência dos quilombos não se limitava à esfera militar. A cultura desempenhava um papel fundamental na luta pela identidade e pela autonomia. Lacerda (2003) destaca como os quilombos eram espaços de produção cultural, onde as tradições africanas eram preservadas e transformadas.

Através da música, da dança, da religião e das práticas medicinais, os quilombolas resistiam à imposição da cultura europeia e afirmavam sua identidade. As religiões de matriz afro-brasileiras tiveram origem nos quilombos e se espalharam por todo o território nacional, carregando consigo elementos da cultura africana e elementos próprios das experiências dos escravizados no Brasil.

A resistência armada e a resistência cultural não eram fenômenos isolados, mas sim interligados. A música, por exemplo, desempenhava um papel fundamental na mobilização dos quilombolas para a luta e na manutenção da coesão social. As religiões afro-brasileiras, por sua vez, ofereciam conforto espiritual e fortaleciam os laços comunitários, tornando os quilombolas mais resilientes frente às adversidades. É precisamente essa resiliência, forjada na luta armada e na efervescência cultural, que constitui a base do profundo legado que essas comunidades deixaram para a história do Brasil.

O LEGADO DOS QUILOMBOS

A importância dos quilombos para a história do Brasil transcende o período colonial. Essas comunidades foram um dos principais atores na luta contra a escravidão e contribuíram significativamente para a formação da identidade nacional. O legado dos quilombos está diretamente presente na cultura, na música, na culinária e nas religiões afro-brasileiras, mas não se esgota aí, pois tem se difundido e performado ao longo dos anos em diferentes dimensões da existência social, seja no prescrito seja no vívido.

Os quilombos, como refúgios de liberdade e resistência à escravidão, deixaram um legado profundo e duradouro para a sociedade brasileira. Essa herança, marcada pela luta por direitos, pela preservação da cultura africana e pela construção de uma identidade própria, continua a influenciar a sociedade brasileira contemporânea. Embora, não raro, tendências de apagamento da história e da memória social eclodem politicamente, em especial, no contexto recente de crescimento das forças conservadoras.

A resistência dos quilombolas, tanto armada quanto cultural, é a base do seu legado. Ao desafiar o sistema escravista e construir sociedades alternativas, os quilombolas demonstraram a força da luta por liberdade e justiça. Essa resistência inspirou movimentos sociais posteriores e continua a ser uma referência para aqueles que lutam por direitos e igualdade.

Nos quilombos, a cultura africana encontrou um espaço para se desenvolver e se transformar. As tradições, a música, a dança, a religião e as práticas medicinais africanas foram preservadas e transmitidas de geração em geração. Essa preservação da cultura africana é um dos legados mais importantes dos quilombos e contribuiu significativamente para a formação da identidade cultural brasileira.

A identidade quilombola foi construída a partir da experiência da escravidão, da resistência e da construção de comunidades autônomas. Essa identidade é marcada pela valorização da ancestralidade africana, pela luta por direitos e pela defesa do território. A identidade quilombola é um exemplo de como a cultura pode ser utilizada como ferramenta de resistência e de afirmação de direitos.

O legado dos quilombos continua presente na sociedade brasileira contemporânea. Os quilombolas lutam por seus direitos, como o direito à terra, à educação e à saúde. O movimento quilombola é um dos mais importantes movimentos sociais do país e tem contribuído para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

OS QUILOMBOS NA ATUALIDADE

Nas últimas décadas, houve um crescente reconhecimento da importância dos quilombos para a história e a cultura do Brasil. A Constituição Federal de 1988 reconheceu os direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombos, garantindo-lhes o direito à terra e à autodeterminação. Apesar de terem sido criados em um contexto histórico específico, os quilombos mantêm viva sua cultura, suas tradições e sua luta por direitos.

Em seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estabeleceu um pilar jurídico essencial. Este artigo reconheceu formalmente aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras a propriedade definitiva, determinando que o Estado lhes emitisse os títulos respectivos. Essa garantia constitucional não apenas validou a posse histórica, mas transformou o conceito de quilombo, de um estigma para um símbolo de identidade e direito territorial inalienável, consolidando uma base legal robusta para a luta pela regularização fundiária.

Além do direito à terra, a Constituição de 1988 também oferece um arcabouço abrangente para a proteção e valorização da cultura e identidade quilombola. Por meio dos Artigos 215 e 216, a Carta Magna assegura a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de determinar

a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Essa prerrogativa é vital para as comunidades quilombolas, pois abrange suas ricas tradições, saberes ancestrais, manifestações artísticas, religiosas e seus modos de vida específicos, que são elementos indissociáveis de sua identidade e resistência. O reconhecimento desses artigos fortalece a capacidade das comunidades de preservar e transmitir seu legado cultural, combatendo a invisibilidade e a descaracterização.

Desse modo, o conjunto de direitos assegurados pela Constituição de 1988 vai além da questão territorial, abrangendo a autodeterminação e a valorização cultural como pilares para a existência e o desenvolvimento pleno das comunidades quilombolas na contemporaneidade. Essa base legal tem impulsionado o movimento quilombola a lutar pela efetivação desses direitos, enfrentando desafios como a morosidade na titulação de terras, a garantia de acesso a serviços básicos como educação e saúde, e a proteção contra a especulação imobiliária e a degradação ambiental. A Constituição, portanto, não é apenas um documento histórico, mas uma ferramenta viva que continua a inspirar e fundamentar a busca por justiça social e igualdade para os quilombos no Brasil.

Para garantir os direitos das comunidades quilombolas no Brasil, foram estabelecidas instituições e regulamentos específicos. A Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura, é a principal instituição responsável pela emissão da Certidão de Autorreconhecimento, que é o primeiro passo para o processo de regularização territorial. Essa certificação reconhece os grupos étnico-raciais como remanescentes de quilombos, com base em critérios de autoatribuição e trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão (FUNDAÇÃO PALMARES, 2022). Além disso, a FCP também atua na proteção e preservação do patrimônio afro-brasileiro e na articulação de ações e programas voltados para essas comunidades.

Após a certificação pela Fundação Cultural Palmares, o processo de titulação das terras quilombolas é conduzido principalmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O INCRA é responsável pela elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), um documento complexo que reúne informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas do território, conforme previsto no Decreto nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003). Após a publicação do RTID e a análise de possíveis contestações, o processo culmina com a emissão de um Decreto Presidencial de Desapropriação (quando há imóveis privados) e a concessão do título coletivo, imprescritível e pró-indiviso, em nome da associação legalmente constituída da comunidade. Esses instrumentos, em conjunto com o Artigo 68 do ADCT da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), garantem a proteção e a integridade das terras quilombolas, impedindo a venda e a penhora do território.

A diversidade desses desafios pode ser ilustrada pela realidade das 52 comunidades mapeadas pela Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj). Em contextos urbanos, comunidades como a Pedra do Sal e a Família Pinto - Sacopã, na capital, enfrentam a intensa especulação imobiliária e a pressão para a descaracterização de seus territórios. Já em áreas rurais, como São José da Serra, em Valença, e o Quilombo da Caveira, em São Pedro da Aldeia, a luta se concentra na titulação definitiva das terras agrícolas, na preservação ambiental contra o avanço de empreendimentos e na garantia de infraestrutura básica. Essa multiplicidade de cenários demonstra que a luta quilombola hoje se desdobra em múltiplas frentes, adaptando-se a diferentes contextos sociais e econômicos.

A história dos quilombos é marcada pela resistência, pela autossuficiência e pela construção de uma identidade cultural própria. Esse legado continua presente nas comunidades quilombolas contemporâneas, que enfrentam desafios como a luta pela terra, o acesso à educação e à saúde, e a preservação de suas tradições.

Um dos maiores desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas é a luta pela titulação de suas terras. Muitas comunidades ainda ocupam terras que lhes foram negadas durante séculos, e enfrentam constantes ameaças de invasão e expulsão. As comunidades quilombolas, em sua maioria, estão localizadas em áreas remotas e possuem menor acesso a serviços básicos como educação e saúde. A falta de escolas e postos de saúde adequados dificulta o desenvolvimento das comunidades e a garantia de direitos básicos.

A globalização e a urbanização representam uma ameaça à preservação da cultura quilombola. A perda de conhecimentos tradicionais, a influência de outros costumes e a discriminação racial são desafios que precisam ser enfrentados. Abordaremos essas questões de modo mais detalhado nos próximos capítulos, ao tratar da água e do saneamento urbano nas comunidades quilombolas do Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

Os quilombos representam um marco fundamental na história do Brasil, simbolizando a resistência, a luta pela liberdade e a construção de uma identidade própria. O estudo dos quilombos é essencial para compreender a complexidade da formação da sociedade brasileira e para valorizar a diversidade cultural do país.

O estudo dos quilombos é fundamental para compreender a complexidade da história do Brasil e a importância da luta dos povos negros na formação da nossa identidade nacional. Ao estudar os quilombos, podemos aprender sobre a resistência, a cultura e a luta por direitos, valores que são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A dinâmica dos quilombos, como vimos, era complexa e diversificada, emergindo como contraponto a um sistema de dominação que era, ele mesmo, um ‘aprendizado’ constante, como demonstra a análise de Silvia Hunold Lara. Ao historicizar o próprio conceito de quilombo e ao integrar as múltiplas frentes de luta atuais, percebemos que seu legado não é apenas um marco do passado, mas uma matriz contínua de resistência que segue inspirando a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A resistência dos quilombos deixou um legado importante para a história do Brasil. Ao desafiar o sistema escravista e construir sociedades alternativas, os quilombolas contribuíram para a formação da identidade nacional brasileira. A luta dos quilombolas inspirou movimentos sociais posteriores e continua a ser uma referência para aqueles que lutam por justiça social e igualdade.

O legado dos quilombos é uma rica herança que nos inspira a lutar por justiça, igualdade e respeito à diversidade cultural. Ao estudar e valorizar a história dos quilombos, contribuímos para a construção de um futuro mais justo e igualitário para todos.

Apesar dos desafios, as comunidades quilombolas têm conquistado importantes vitórias. A Constituição Federal de 1988 reconhece os quilombos como comunidades tradicionais e garante o direito à propriedade das terras que ocupam tradicionalmente. O movimento quilombola tem se organizado e lutado por seus direitos, conquistando cada vez mais visibilidade e reconhecimento. No entanto, da garantia constitucional à titulação efetiva da terra há um longo caminho a ser percorrido.

A cultura quilombola é uma fonte de riqueza e conhecimento para toda a sociedade. As práticas agrícolas sustentáveis, os conhecimentos sobre plantas medicinais e a valorização da ancestralidade são apenas alguns exemplos do que as comunidades quilombolas podem oferecer.

A pesquisa e a extensão universitária têm um papel fundamental na luta pelos direitos dos quilombolas. Através de pesquisas, os acadêmicos podem contribuir para a produção de conhecimento sobre a realidade das comunidades quilombolas e auxiliar na formulação de políticas públicas mais adequadas.

A extensão universitária, por sua vez, pode fortalecer os laços entre a universidade e as comunidades, promovendo a troca de conhecimentos e o desenvolvimento de projetos em conjunto. Os quilombos são muito mais do que um capítulo da história do Brasil. Eles são comunidades vivas, que mantêm viva a luta por justiça, igualdade e respeito à diversidade cultural.

Ao estudar, valorizar e aprender com a história e a cultura dos quilombolas, contribuímos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Por fim, para fins de ilustração do universo ao qual estamos no referindo no

Rio de Janeiro, anexamos uma listagem das comunidades quilombolas a partir dos dados disponibilizados publicamente. De acordo com a Acquilerj, o Rio de Janeiro possui 52 comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombo mapeadas, espalhadas por todas as regiões do Estado.

O levantamento abaixo é um extrato das informações oficiais dos Quilombos certificados pela Fundação Palmares:

QUADRO 1 - QUILOMBOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CERTIFICADOS PELA FUNDAÇÃO PALMARES EM 2022

UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
RJ	CABO FRIO SÃO PEDRO DA ALDEIA	CAVEIRA
RJ	RIO DE JANEIRO	FAMÍLIA PINTO - Sacopã
RJ	CABO FRIO	PRETO FORRO
RJ	MANGARATIBA	ILHA DE MARAMBAIA
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	CONCEIÇÃO DE IMBÉ
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	CAMBUCÁ
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	ALELUIA
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	BATATAL
RJ	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	RASA
RJ	RIO DE JANEIRO	PEDRA DO SAL
RJ	CABO FRIO	BOTAFOGO
RJ	ARARUAMA	SOBARA
RJ	QUISSAMÃ	MACHADINHA
RJ	VALENÇA	SÃO JOSÉ DA SERRA
RJ	MAGÉ	MARIA CONGA
RJ	QUATIS	SANTANA
RJ	PARATY	CABRAL
RJ	SÃO FIDÉLIS	SÃO BENEDITO
RJ	NATIVIDADE	CRUZEIRINHO
RJ	ANGRA DOS REIS RIO CLARO	ALTO DA SERRA DO MAR
RJ	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	DESERTO FELIZ
RJ	PETRÓPOLIS	TAPERÁ
RJ	CABO FRIO	MARIA JOAQUINA
RJ	CABO FRIO	MARIA ROMANA
RJ	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	BAÍA FORMOSA
RJ	ANGRA DOS REIS	SANTA RITA DO BRACUÍ
RJ	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	BARRINHA
RJ	AREAL	BOA ESPERANÇA
RJ	PARATY	CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA
RJ	ARARUAMA	TAPINOĀ -Prodígio
RJ	RIO DE JANEIRO	CAFUNDÁ ASTROGILDA
RJ	RIO DE JANEIRO	CAMORIM - MACIÇO DA PEDRA BRANCA

RJ	MANGARATIBA	FAZENDA SANTA JUSTINA/ SANTA ISABEL
RJ	NITERÓI	GROTÃO
RJ	RIO DE JANEIRO	DONA BILINA
RJ	CABO FRIO	FAZENDA ESPIRITO SANTO
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	SOSSEGO
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	LAGOA FEA
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	CUSTODÓPOLIS
RJ	MAGÉ	FEITAL
RJ	PARATY	GUITI
RJ	MAGÉ	BONGABA
RJ	RIO DE JANEIRO	PEDRA BONITA
RJ	RIO DE JANEIRO	QUILOMBO FERREIRA DINIZ
RJ	VALENÇA	PAI JOAQUIM
RJ	CABO FRIO	SÃO JACINTO CAMPOS NOVOS

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Fundação Palmares (2022)

Os quilombos deixaram um legado importante para a história do Brasil. Eles representam um símbolo de resistência e luta pela liberdade, e suas contribuições para a cultura brasileira são inegáveis. A música, a culinária, as religiões afro-brasileiras e muitas outras manifestações culturais brasileiras possuem raízes nos quilombos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACQUILERJ - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro.** [S. l.: s. n.], [2021?]. Disponível em: https://kn.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relatorio_Quilombos-RJ-1.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

BASTIDE, Roger. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Global, 2005.

BERNARDO, Maria Luiza T. de M. **Quilombolas:** resistência, história e cultura. São Paulo: Ática, 2008.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Certificação quilombola.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 2 out. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Aquilombar-se:** panorama sobre o movimento quilombola brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

- LACERDA, Flávia. **A invenção do quilombo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- LARA, Silvia Hunold. **Palmares & Cucaú**: o aprendizado da dominação. São Paulo: Edusp, 2022.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. São Paulo: Global, 1993.
- NEGO BISPO. **Colonização, quilombos**: modos e significados. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- REIS, João José. **Rebeldes do escravismo**: a resistência negra no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988.
- RIO WATCH. Quilombo do Camorim: uma história de preservação e resistência. **RioOnWatch**, 25 out. 2013. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=20726>. Acesso em: 20 out. 2024.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.
- SILVA, Givânia Maria da. **Educação Quilombola**: territorialidades, saberes e as lutas por direitos. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SOUZA, Bárbara Oliveira. **Educação e luta política no quilombo de Conceição das Crioulas**. São Paulo: Annablume, 2006.



CAPÍTULO 2

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SUSTENTABILIDADE

Anderson Moraes de Castro e Silva

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0000-0002-5668-0354>

Roberta Baltar dos Santos

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0007-0364-1689>

William de Souza Nunes Martins

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0000-0001-7837-7359>

RESUMO: Este artigo investiga a evolução histórica do conceito de sustentabilidade, desde suas origens até a consolidação da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Analisa como esse conceito se aplica à realidade das comunidades quilombolas, com ênfase em suas práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais, organização social e resistência cultural. Explora a relação entre as comunidades quilombolas e os ODS, identificando convergências, desafios e oportunidades. O objetivo é demonstrar a importância da inclusão da perspectiva quilombola no debate sobre sustentabilidade, reconhecendo seus conhecimentos e práticas como contribuições valiosas para a construção de um futuro mais sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; ODS; Comunidades Quilombolas; Conhecimentos Tradicionais; Manejo dos Recursos Naturais; Desenvolvimento Sustentável.

QUILOMBOLA COMMUNITIES AND SUSTAINABILITY

ABSTRACT: This article investigates the historical evolution of the concept of sustainability, from its origins to the establishment of the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDGs). It analyzes how this concept applies to the context of Quilombola communities, emphasizing their traditional practices of natural resource management, social organization, and cultural resilience. The study explores the relationship between Quilombola communities and the SDGs, identifying points of convergence, challenges, and opportunities. The goal is to demonstrate the importance of integrating the Quilombola perspective into the sustainability discourse, recognizing their knowledge and practices as valuable contributions to building a more sustainable future.

KEYWORDS: Sustainability; SDGs; Quilombola Communities; Traditional Knowledge; Natural Resource Management; Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

A busca por um modelo de desenvolvimento que concilie o progresso socioeconômico com a preservação ambiental tem se intensificado diante dos crescentes desafios globais, como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a desigualdade social. Nesse contexto, o conceito de sustentabilidade assume papel central, demandando uma análise crítica de sua trajetória histórica e de suas diversas aplicações, com especial atenção às realidades socioambientais complexas e aos conhecimentos de grupos historicamente marginalizados, como as comunidades quilombolas.

A proposta central deste artigo é articular a evolução histórica do conceito de sustentabilidade com a realidade das comunidades quilombolas no Brasil. Para tal, se faz necessário analisar historicamente o conceito de sustentabilidade, traçando um panorama desde suas origens – marcadas pela crescente conscientização sobre os limites do crescimento econômico e a finitude dos recursos naturais, evidenciada por obras como “Os Limites do Crescimento” (Meadows et al., 1972) – até a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Para, a partir dessa análise histórica, identificar as relações do conceito de sustentabilidade e como ele se aplica à realidade das comunidades quilombolas, com ênfase em suas práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais, organização social e resistência cultural.

Enquanto territorialidades forjadas a partir da resistência ativa ao sistema escravocrata, as comunidades quilombolas constituem projetos sociopolíticos que, historicamente, elaboraram sofisticados sistemas de saberes socioecológicos.

Mais do que meros refúgios, esses espaços consolidaram uma relação intrínseca entre organização comunitária e manejo ambiental, cujas práticas — que vão da agrobiodiversidade à gestão coletiva dos recursos — interpelam diretamente o debate contemporâneo sobre sustentabilidade, oferecendo paradigmas alternativos ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

A resistência quilombola se manifesta não apenas na luta pela terra e por direitos, mas também na preservação de sua cultura e de seus modos de vida, que incorporam práticas ancestrais de manejo sustentável dos recursos naturais e de organização social baseada na solidariedade e na cooperação. Esses conhecimentos tradicionais, construídos ao longo dos anos não quantificáveis de interação com o meio ambiente, guardam um potencial inestimável para a construção de um futuro mais sustentável e justo, como apontado por autores como Gomes (2015) e Silva (2010).

Buscando aprofundar a análise da relação entre as comunidades quilombolas e a sustentabilidade, examinamos os marcos históricos que contribuíram para a consolidação da agenda da sustentabilidade, considerando as dimensões ambiental, social e econômica. Serão examinados eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) e a publicação do Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” (WCED, 1987).

Além disso, identificaremos e analisaremos, dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) quais os desafios de implementação nas comunidades quilombolas, considerando as questões de acesso à informação, recursos e participação nos processos de tomada de decisão. O artigo também investigará como essas comunidades podem contribuir para o alcance dos ODS em nível local e global, a partir da valorização de seus conhecimentos tradicionais e de sua participação ativa na construção de políticas públicas.

A TRAJETÓRIA DA SUSTENTABILIDADE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A compreensão da sustentabilidade exige uma análise de sua trajetória histórica, marcada por diferentes eventos e influências que moldaram o conceito como o conhecemos hoje.

A trajetória do conceito de sustentabilidade é uma narrativa que se estende por séculos, entrelaçada com a própria história da relação da humanidade com o planeta. As origens do conceito remontam a um tempo em que a exploração dos recursos naturais era guiada por uma visão de mundo que colocava a natureza a serviço do homem, sem levar em conta seus limites e fragilidades. No entanto, ao longo do tempo, essa visão antropocêntrica começou a ser desafiada, dando espaço

a uma crescente consciência sobre a importância de preservar o meio ambiente para as futuras gerações.

As primeiras ideias de sustentabilidade surgiram em diferentes culturas e épocas, como resposta aos impactos negativos da ação humana sobre a natureza. Podemos destacar alguns marcos históricos que contribuíram para a formação do conceito:

Sociedades antigas: Culturas indígenas ao redor do mundo desenvolveram práticas agrícolas e de manejo de recursos naturais que visavam garantir a sua disponibilidade para as próximas gerações. O conhecimento tradicional sobre o ciclo da natureza, a importância da biodiversidade e a interdependência entre os seres vivos representavam uma forma de sustentabilidade em sua essência.

Idade Média: A crença na superioridade do homem sobre a natureza prevaleceu durante a Idade Média, levando a uma exploração desenfreada dos recursos naturais. No entanto, pensadores como São Francisco de Assis, com sua visão de fraternidade universal que incluía todas as criaturas, e Hildegard von Bingen, com seus estudos sobre as propriedades medicinais das plantas e a interconexão entre saúde humana e ambiental, trouxeram importantes contribuições para a ética ambiental e a sustentabilidade.

Século XIX: Com a Revolução Industrial e o crescimento populacional, a pressão sobre os recursos naturais se intensificou, levando à degradação ambiental e a problemas sociais como a pobreza e a desigualdade. Pensadores como George Perkins Marsh, autor de “O Homem e a Natureza” (1864), alertaram para os perigos da ação humana sobre o meio ambiente e defenderam a necessidade de uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza.

Século XX: O século XX foi marcado por grandes avanços científicos e tecnológicos, mas também por conflitos mundiais e crises ambientais que evidenciaram a fragilidade do planeta. A partir da década de 1960, o movimento ambientalista ganhou força, impulsionado por obras como “Primavera Silenciosa” (1962), de Rachel Carson, que denunciou os impactos do uso de pesticidas, e “Os Limites do Crescimento” (1972), que alertou para os perigos do crescimento populacional e econômico desenfreado.

A partir desses eventos e reflexões, o conceito de sustentabilidade se transforma e ganha força, impulsionado por conferências e relatórios internacionais que buscam integrar as dimensões ambiental, social e econômica em um novo modelo de desenvolvimento.

O século XX testemunhou uma intensificação sem precedentes dos impactos da atividade humana sobre o planeta. Guerras mundiais, explosão demográfica, industrialização acelerada e o uso massivo de combustíveis fósseis geraram uma série de problemas ambientais, como poluição do ar e da água, desmatamento e perda de biodiversidade. Em resposta a essas crises, o movimento ambientalista

ganhou força, impulsionado por uma crescente conscientização sobre os limites do planeta e a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento.

A crise do petróleo da década de 1970, por exemplo, despertou a consciência global sobre a finitude dos recursos naturais e a fragilidade do modelo de crescimento econômico vigente. Obras como “Os Limites do Crescimento” (Meadows et al., 1972) alertaram para as consequências do consumo desenfreado e da pressão sobre os ecossistemas, impulsionando o debate sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento.

Em paralelo à crise do petróleo, emergia o conceito de sustentabilidade, inicialmente ligado à ideia de manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações e a necessidade de discutir a problemática ambiental e lançar as bases para a cooperação internacional.

Eventos chave

- I Conferência de Estocolmo (1972): Considerada um marco histórico, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, reuniu líderes mundiais para discutir a problemática ambiental e lançar as bases para a cooperação internacional. A conferência resultou na Declaração de Estocolmo, que reconheceu o direito ao desenvolvimento e a responsabilidade dos países de proteger o meio ambiente.
- I Relatório Brundtland (1987): “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, publicado em 1987, definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades”. O relatório destacou a importância de integrar as dimensões ambiental, social e econômica, e influenciou a agenda global de desenvolvimento sustentável.
- I ECO-92 (1992): A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável como princípio norteador das políticas globais. A ECO-92 gerou documentos importantes como a Agenda 21, um plano de ação para o século XXI que propôs um conjunto de medidas para promover a sustentabilidade em escala global, nacional e local.
- I Protocolo de Quioto (1997): O Protocolo de Quioto, um tratado internacional aprovado em 1997, estabeleceu metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa, com o objetivo de combater o aquecimento global. O protocolo entrou em vigor em 2005 e representou um passo importante na cooperação internacional para enfrentar as mudanças climáticas.

- I Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): No início do século XXI, a agenda da sustentabilidade ganhou novo impulso com a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, posteriormente, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Os ODS, um conjunto de 17 objetivos ambiciosos e interconectados, visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade até 2030.

O século XX foi um período de grande efervescência para o conceito de sustentabilidade, marcado por uma crescente conscientização sobre os desafios ambientais e sociais, e pela busca por soluções inovadoras e transformadoras. As bases lançadas no século XX pavimentaram o caminho para a agenda da sustentabilidade no século XXI, que exige ações urgentes e o comprometimento de todos os setores da sociedade para garantir um futuro mais justo e sustentável para todos.

SUSTENTABILIDADE QUILOMBOLA: PRÁTICAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

As comunidades quilombolas, formadas por descendentes de africanos escravizados que resistiram ao sistema escravocrata, representam um exemplo vivo de sustentabilidade, resistência e preservação cultural. Os quilombos, historicamente, desenvolveram práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, produção agrícola tradicional e preservação da cultura e dos conhecimentos ancestrais. Essas práticas, transmitidas de geração em geração, contribuem para a conservação da biodiversidade, a segurança alimentar e a coesão social.

Se caracterizam como comunidades que praticam a sustentabilidade em seu dia a dia, demonstrando como seus conhecimentos tradicionais podem contribuir para a construção de um futuro mais sustentável. Ao identificar as características principais da sustentabilidade quilombola, com base em autores como Bernardo (2008) e Nego Bispo (2009), o artigo analisará os desafios enfrentados por essas comunidades na preservação de seus modos de vida e na garantia de seus direitos territoriais, conforme discutido por Reis (1988) e Schwartz (2001).

A sustentabilidade quilombola se manifesta em diversos aspectos, como:

- I Manejo sustentável dos recursos naturais: As comunidades quilombolas desenvolveram técnicas de agricultura, pesca e extrativismo que garantem a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações. O uso de técnicas como rotação de culturas, agrofloresta e manejo florestal comunitário são

exemplos de práticas sustentáveis que contribuem para a conservação da biodiversidade e a segurança alimentar.

- I Preservação da cultura e dos conhecimentos tradicionais: A cultura quilombola é rica em saberes e práticas tradicionais que contribuem para a sustentabilidade. O conhecimento sobre plantas medicinais, a culinária tradicional, as técnicas de artesanato e as manifestações culturais como a música e a dança são elementos importantes da identidade quilombola e contribuem para a coesão social e a transmissão de conhecimentos entre gerações.
- I Organização social e comunitária: A organização social das comunidades quilombolas, baseada na solidariedade, na cooperação e na tomada de decisões coletivas, é fundamental para a sustentabilidade. A gestão comunitária dos recursos naturais, a organização de mutirões para o trabalho coletivo e a participação ativa nas decisões da comunidade são exemplos de como a organização social contribui para a sustentabilidade.
- I Resistência e luta pela terra: A luta pela terra e pelo reconhecimento de seus direitos territoriais é um elemento central da resistência quilombola. A garantia do acesso à terra é fundamental para a manutenção de seus modos de vida, a preservação de sua cultura e a prática da agricultura familiar.

Apesar de sua importância para a sustentabilidade, as comunidades quilombolas enfrentam diversos desafios na preservação de seus modos de vida e na garantia de seus direitos territoriais. A luta pela terra, o acesso a serviços básicos como saúde e educação, e a discriminação racial são alguns dos obstáculos que essas comunidades precisam superar para garantir sua sobrevivência e seu bem-estar.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um guia para a ação global na busca por um futuro mais sustentável. No contexto das comunidades quilombolas, os ODS podem ser utilizados para promover o desenvolvimento sustentável e a garantia de seus direitos, considerando suas especificidades sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Alguns ODS são particularmente relevantes para as comunidades quilombolas, como:

- I ODS 1: Erradicação da Pobreza: A pobreza é um problema que afeta muitas comunidades quilombolas, e o ODS 1 busca erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
- I ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável: As práticas agrícolas tradicionais das comunidades quilombolas contribuem para a segurança alimentar e o

ODS 2 busca acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

- | ODS 4: Educação de Qualidade: O acesso à educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento das comunidades quilombolas, e o ODS 4 busca assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- | ODS 5: Igualdade de Gênero: A igualdade de gênero é um princípio fundamental da sustentabilidade, e o ODS 5 busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- | ODS 10: Redução das Desigualdades: As comunidades quilombolas sofrem com a discriminação racial e o ODS 10 busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- | ODS 15: Vida Terrestre: As práticas de manejo sustentável dos recursos naturais das comunidades quilombolas contribuem para a conservação da biodiversidade, e o ODS 15 busca proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
- | ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes: A luta pela terra e pelo reconhecimento de seus direitos territoriais é um elemento central da resistência quilombola, e o ODS 16 busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

A implementação dos ODS nas comunidades quilombolas, no entanto, enfrenta desafios como a falta de dados e informações específicas sobre essas comunidades, a dificuldade de acesso a recursos e a necessidade de fortalecer a participação quilombola nos processos de tomada de decisão. É fundamental que os governos e as organizações da sociedade civil trabalhem em conjunto para superar esses desafios e garantir que os ODS sejam implementados de forma inclusiva e equitativa, considerando as necessidades e as especificidades das comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas, por sua vez, podem contribuir para o alcance dos ODS em nível local e global, a partir de suas práticas e conhecimentos tradicionais. A valorização dos conhecimentos tradicionais quilombolas sobre manejo dos recursos naturais, agricultura sustentável, medicina tradicional, entre outros, pode inspirar soluções inovadoras para os desafios da sustentabilidade. Além disso, a participação ativa das comunidades quilombolas nos processos de tomada de decisão e na

implementação dos ODS é essencial para garantir que as políticas públicas sejam eficazes e respondam às necessidades dessas comunidades.

A análise da trajetória histórica da sustentabilidade revela uma crescente conscientização sobre os desafios socioambientais e a necessidade de um modelo de desenvolvimento que promova o bem-estar humano em harmonia com a preservação do planeta. Os ODS representam um marco importante nesse processo, delineando um caminho para o futuro com base na justiça social, na prosperidade econômica e na proteção ambiental.

As comunidades quilombolas, com suas práticas e conhecimentos tradicionais, demonstram que a sustentabilidade se constrói também a partir da valorização da cultura, da resistência e da relação harmoniosa com a natureza. A inclusão da perspectiva quilombola no debate sobre sustentabilidade é fundamental para a construção de um futuro mais justo e sustentável para todos.

A pesquisa sobre a sustentabilidade em comunidades quilombolas reforça a importância de valorizar os conhecimentos tradicionais e promover a participação dessas comunidades nos processos de tomada de decisão. As práticas quilombolas de manejo sustentável dos recursos naturais, organização social e preservação cultural podem inspirar soluções inovadoras para os desafios da sustentabilidade e contribuir para o alcance dos ODS em nível local e global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger. Os africanos no Brasil. São Paulo: Global, 2005.

BERNARDO, Maria Luiza T. de M. Quilombolas: Resistência, História e Cultura. São Paulo: Ática, 2008. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO. Nossa Futuro Comum. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em:<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024. Tradução para português disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/nossa-futuro-comum.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Aquilombar-se: Panorama sobre o movimento quilombola brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LACERDA, Flávia. A invenção do quilombo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. MOURA, Clóvis. Os quilombos na dinâmica social do Brasil. São Paulo: Global, 1993.

NEGO BISPO. Colonização, quilombos – Modos e significados. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 21. Rio de Janeiro: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Milênio das Nações Unidas. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 2000. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_R_ES_55_2.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024. Tradução para português disponível em: <https://mprj.mp.br/documents/20184/100892/declaraçäodamilênio.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nossa Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 17 dez. 2024. Versão em português disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 17 dez. 2024.

REIS, João José. Rebeldes do escravismo: a resistência negra no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988.

RIO WATCH. Quilombo do Camorim: Uma História de Preservação e Resistência. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=20726>. Acesso em: 20 out. 2024.

SILVA, Givânia Maria da. Educação Quilombola: Territorialidades, Saberes e as Lutas por Direitos. Salvador: EDUFBA, 2010.

SOUZA, Bárbara Oliveira. Educação e luta política no quilombo de Conceição das Crioulas. São Paulo: Annablume, 2006.

SCHWARTZ, S. B. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: Edusc, 2001.



C A P Í T U L O 3

QUILOMBOS NA FAZENDA DE SANTA CRUZ, SÉCULO XIX

Edite Moraes da Costa

Discente de doutorado PPHR/UFRRJ,
Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0002-2195-7955>

RESUMO: A história fundiária da Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, não foi pautada nos ditames da função social da terra. Organizada pelos padres jesuítas e mantida pela Coroa portuguesa, e pelo Império brasileiro, onde as Ordenações Filipinas garantiu a enfiteuse perpétua de suas terras, delegando aos foreiros o peso do foro. E não foi diferente com as terras ocupadas por quilombos, que nos aforamentos do século XIX, pagavam seus devidos foros em réis e galinhas à Superintendência.

PALAVRAS-CHAVE: Fazenda de Santa Cruz; Aforamentos; Quilombos; História Fundiária.

QUILOMBOS ON THE SANTA CRUZ FARM, 19TH CENTURY

ABSTRACT: The land tenure history of the Santa Cruz Farm in Rio de Janeiro was not guided by the dictates of the land's social function. It was organized by Jesuit priests and maintained by the Portuguese Crown and the Brazilian Empire, where the Philippine Ordinances guaranteed perpetual emphyteusis over its lands, delegating the burden of the land rent to the tenant farmers. The same was true for the lands occupied by quilombos, which, in the 19th-century land tenures, paid their due land rent in réis and galinhas to the Superintendency.

KEYWORDS: Santa Cruz Farm; Quilombos; Land History.

INTRODUÇÃO

Ao deparamos com a palavra “quilombo”, logo nos remetemos às fugas e resistências dos escravizados africanos, que deram origem às comunidades quilombolas no Brasil. Mas, de acordo com Munanga¹, a origem da palavra “quilombo”

¹ MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista U S P, São Paulo, Nº 2 8: pp. 56-63, dezembro/fevereiro 1995/96.

vem dos povos de línguas bantu e alguns ramos desses povos bantu, foram trazidos e escravizados em diversas regiões do Brasil. Ele explica, que o quilombo na África, “enquanto instituição sociopolítica e militar, é resultado de uma longa história envolvendo regiões e povos, de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios”².

No contexto brasileiro, na avaliação de Amanda Jorge³ sobre a origem histórica das comunidades quilombolas no Brasil, a palavra quilombo “não deve ser ancorada somente na trajetória da fuga de escravos do sistema escravocrata, ou diante da ideia de isolamento geográfico”⁴, como no velho conceito construído no período colonial. Na análise de Munanga, o quilombo no Brasil, ao unir africanos de outras áreas culturais e outros descontentes não-africanos, recebeu influências diversas, culminando no seu caráter transcultural. Com efeito, os escravizados africanos, e seus descendentes, nunca ficaram presos aos modelos ideológicos excludentes. Suas práticas e estratégias desenvolveram-se dentro do modelo transcultural, com o objetivo de formar identidades

pessoais ricas e estáveis que não podiam estruturar-se unicamente dentro dos limites de sua cultura.

Vários estudos, dentre eles Arruti⁵, Brandão⁶ e O'Dwyer⁷, concordam que a consolidação dessas comunidades tradicionais ultrapassa esse conceito construído no período colonial. Sistemas distintos de aposseamento e uso comum dos territórios podem ser encontrados nas várias regiões brasileiras, incluindo compra, doação, e ocupação de áreas abandonadas pela exploração comercial. As comunidades quilombolas são classificadas como povos tradicionais, por serem grupos sociais que operam uma maneira própria de desenvolver suas práticas cotidianas de manutenção e reprodução de seu modo de vida. O trabalho executado na maioria das vezes é arraigado na agricultura de subsistência com muito pouca, ou nenhuma, acumulação de capital. Trata-se de um modo de vida ancorado na dependência da natureza e em torno de laços familiares⁸.

² MUNANGA, 1995. p. 57.

³ JORGE, Amanda Lacerda. O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória. VERTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.3, p. 139-151, set./dez. 2015. DOI: 10.19180/1809-2667.v17n315-08. Disponível em: O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória | Revista Vértices Acesso em 08 nov 2024.

⁴ JORGE, 2015. p.139.

⁵ ARRUTI, José Maurício. A emergência dos “Remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana, v.3, n.2, oct. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000200001&script=sci_arttext Acesso em: 4 jan. 2025. ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Edusc, 2006.

⁶ BRANDÃO, André. Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.

⁷ O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

⁸ BRANDÃO, 2010.

Os quilombos que se formaram na Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro, tiveram uma especificidade em relação aos demais: a questão fundiária. Encontramos nos registros de aforamento de terras da Fazenda, localidades com denominação de quilombo. Essas terras aforadas pagavam o foro à Superintendência da fazenda, no início do século XIX. Quando se deu a formação desses quilombos, e sua permanência no período imperial, ainda não temos resposta. O ineditismo deste trabalho carece de maior pesquisa para que possamos responder tais questões. Mas, antes precisamos entender o que é a Fazenda de Santa Cruz, um passivo de mais de 450 anos, que atualmente pertence ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência do Rio de Janeiro (INCRA/RJ).

A Fazenda de Santa Cruz tem a sua origem nos militares que vieram com Estácio de Sá para expulsar os franceses da costa da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e ganharam sesmarias ao longo do litoral do atual estado do Rio de Janeiro, como recompensa pelo sucesso da expedição e para efetivar a colonização e defesa do território. Entre eles figura o militar Cristóvão Monteiro, primeiro Ouvidor-Mor da recém cidade, que foi contemplado com duas sesmarias em 1567. Após a sua morte, tais sesmarias foram doadas por sua viúva, Marquesa Ferreira, a duas ordens religiosas da Igreja Católica. A sesmaria que deu origem ao atual município de Duque de Caxias, foi doada aos Carmelitas, e a de Guaratiba foi doada aos Jesuítas, em 1579.

A sesmaria de Guaratiba tinha por extensão a costa da Baía de Sepetiba, desde Pedra de Guaratiba até Itacuruçá, e seguia rumo ao interior até Rio Claro e Nova Iguaçu, formando um retângulo. Ao tomar posse, os padres jesuítas anexaram outras terras, adquiridas por compra, permuta e doações, formando um segundo retângulo, bem maior que o primeiro, e consagraram a vasta planície à Cruz de Cristo. E assim, a Ordem dos Jesuítas constituiu a Fazenda de Santa Cruz, sua mais opulenta propriedade no Brasil. Tendo os Rios Guandu e Paraíba do Sul dentro dos seus limites, foi inteiramente constituída, legitimada e conquistada, por volta de 1590, de acordo com Manuela Pedroza⁹.

Classificada por Carlos Engemann como “Império de Santa Cruz”¹⁰, por sua dimensão geográfica, importância econômica, e por possuir um grande número de escravizados mestiços especializados em diversos ofícios. De acordo com Márcia Amantino¹¹, os padres enviavam, no máximo, de dois a três homens africanos escravizados para a Fazenda de Santa Cruz por ano, e promoviam a miscigenação entre eles e as indígenas aldeadas. Mas, seus rebentos nasciam escravizados, o que de certa forma mantinham as indígenas presas aos limites da Fazenda, já que não podiam ser escravizadas. Permitiam que vivessem em família, em senzalas separadas e um pequeno roçado, além dos sacramentos do matrimônio e de batismo.

⁹ PEDROZA, Manoela. *Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759)*. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.

¹⁰ ENGEMANN, Carlos. Os servos de Santa Inácio a serviço do imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820) (dissertação). UFRJ, 2002. p.5.

¹¹ AMANTINO, Márcia. De “curral dos padres” à gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In ENGEMANN, Carlos Org. Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

A produção de gado da Fazenda de Santa Cruz abastecia os demais colégios da Ordem dos Jesuítas, no eixo Rio – São Paulo – Minas. Seus escravizados, mão de obra qualificada em diversos ofícios, principalmente, em obras de engenharia e infraestrutura, eram alugados e deslocados para outras fazendas. A vasta relação dos ofícios exercidos pelos Jesuítas era ensinada aos escravizados com mais habilidades e aptidão para determinado ofício, e que exerciam tais ofícios juntamente com os padres, que eram:

arquiteto, desenhista, ourives de prata e de ouro, caiheiro, dourador, diretor do Relógio, Prefeito do refeitório, porteiro, tipógrafo, encadernador, impressor, pastor de rebanho, agricultor, despenseiro, cabeleireiro, cerieiro (fazia as velas e objetos de cera), piloto, pedreiro, construtor naval, construtor de pontes, mestre de obras, mestre de pedraria, carpinteiro, torneiro, serrador, tanoeiro, entalhador, ferreiro, serralheiro, caldeireiro, cavoqueiro, carvoeiro, pintor plástico e à liso, escultor, tecelão, enfermeiro, cirurgião, pescador, hortelão, oleiro, carreiro, barbeiro, fundidor, alfaiafe, roupeiro, sapateiro, cozinheiro, etc.¹²

Entre os escravizados também havia os músicos que formavam a orquestra e o coral da Fazenda de Santa Cruz, que se apresentavam em festividades da Ordem dos Jesuítas e demais eventos da câmara municipal. Entre a produção da Fazenda, havia a criação de oito mil cabeças de gados, mil e duzentos cavalos e burros e duzentos carneiros, produção de arroz, feijão, mandioca, guaxima (para a fabricação de cordas de canhão), anil, fumo, algodão, cochonilha, legumes, frutas, cacau, café, açúcar, e manufaturas como olaria, ferraria, carpintaria, serraria, fábricas de cerâmicas, de canoas, de móveis e de artigos de couro, um estaleiro em Piranema, tanoaria, atividades de ourives, de prateiros e de tecelagem, forno de cal, hospital, botica, casa de farinha, engenhos¹³, tudo isso, antes da expulsão dos Jesuítas pelo Decreto do Marquês de Pombal, em 1759.

¹² COSTA, Edite Moraes da. Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890). Dissertação. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2017. p. 34.

¹³ FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Volume I.* Edições do Autor. Rio de Janeiro, 1985. p. 122.

Tabela 1 – Quantitativo de escravizados da Fazenda de Santa Cruz nos séculos XVIII e XIX¹⁴.

ANO	FAZENDA REAL DE SANTA CRUZ	FAZENDA IMPERIAL DE SANTA CRUZ
1759	1016 ESCRAVOS	-
1791	1342 ESCRAVOS	-
1818	1457 ESCRAVOS	-
1832	-	1524 ESCRAVOS
1837	-	1772 ESCRAVOS
1856	-	2200 ESCRAVOS
1870	-	1917 ESCRAVOS

Fonte: CORRÊA, João Batista. Imperial Fazenda de Santa Cruz: Escravidão e Liberdade na Segunda Metade do Século XIX (1856-1891). Dissertação de Mestrado. Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2016. p. 20.

Desde sua constituição que a Fazenda de Santa Cruz servia como pasto para descanso e engorda do gado, oriundo do interior da colônia, para abastecer a Cidade do Rio de Janeiro. As estradas construídas pelos Jesuítas eram as únicas na região, e não somente o gado, mas todos os gêneros alimentícios passavam ou eram fornecidos pela Fazenda. Do momento da posse efetiva em 1589, até a sua expulsão em 1759, a Companhia de Jesus manteve o abastecimento de várias cidades, incluindo a do Rio de Janeiro. Segundo Fridman¹⁵, “pode-se afirmar que a Fazenda de Santa Cruz se constituía em um grande centro agrofábril, autônomo, produtor de excedente escoado por caminhos (estradas, valas, canais e rios navegáveis) tanto em direção ao mar para chegar à Corte quanto para outros engenhos”. Após a expulsão dos Jesuítas pelo ministro Marquês de Pombal, a Fazenda de Santa Cruz foi confiscada e incorporada aos bens da família real portuguesa, sua administração entregue a superintendentes nomeados, e marcada por problemas e decadências.

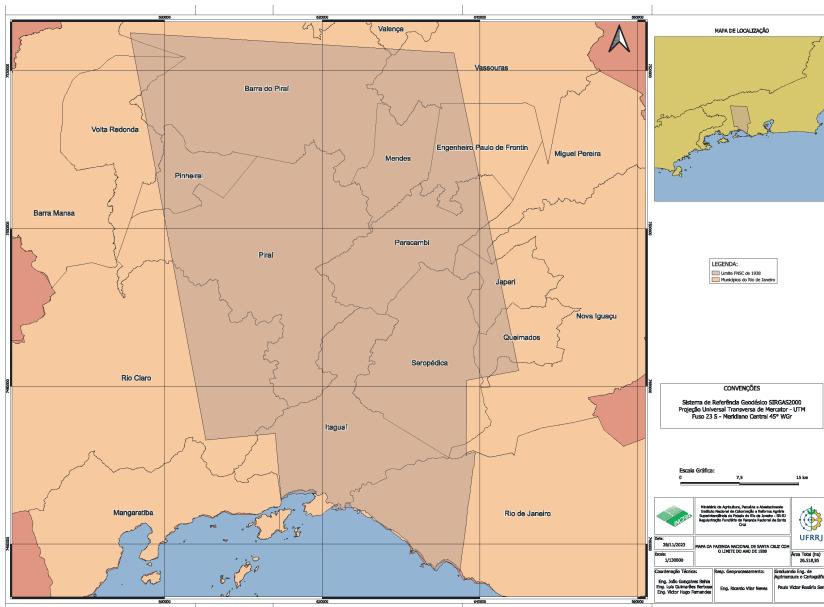
Sob os jesuítas denominava-se Fazenda de Santa Cruz. Após o seu confisco, passou a Real Fazenda de Santa Cruz, e no Império brasileiro, Imperial Fazenda de Santa Cruz. Com o advento da República passou a Fazenda Nacional de Santa Cruz. A seguir, apresentamos o perímetro da Fazenda de Santa Cruz, georreferenciado no atual mapa do estado do Rio de Janeiro, para que tenhamos um maior entendimento de sua dimensão geográfica e dos atuais municípios que se formaram em suas terras. O perímetro aqui utilizado foi constituído em 1955, por representantes do governo

¹⁴ Inventário dos Bens da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ, 1759. Arquivo Nacional; Inventário dos Bens da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ, 1791. Arquivo Nacional, Códice 808, Volume 4; Fazenda Nacional de Santa Cruz, Códice 1122, Volume 01; Correio da Tarde, 25 de fevereiro de 1856; Correio da Tarde, 22 de março de 1856; FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999. Citado in CORRÊA, João Batista. Imperial Fazenda de Santa Cruz: Escravidão e Liberdade na Segunda Metade do Século XIX (1856-1891). Dissertação de Mestrado. Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2016. p. 20.

¹⁵ FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

e os ocupantes das terras. Ainda não foi localizado o legítimo Livro de Tombo da Fazenda de Santa Cruz, elaborado pelos Jesuítas, com as dimensões do perímetro. E localidades citadas nos livros de 1824, nos fornece dados que ultrapassam o perímetro de 1955, como por exemplo, temos a Mata da Paciência aforada e que está fora desse limite. O que sugere que o perímetro oficializado sofreu mudanças políticas em relação aos aforamentos, desvinculando terras para não pagar o foro.

Mapa 1 – Perímetro da Fazenda Nacional de Santa Cruz.



Fonte: INCRA/UFRRJ – Regularização Fundiária da Fazenda Nacional de Santa Cruz, 2023.

A Fazenda de Santa Cruz não foi dada como terras devolutas devido a administração dos jesuítas, que mantinham quase dois mil escravizados, com arrecadação de foros das terras arrendadas e o aluguel de escravizados especializados. Com a chegada da família Real, em 1808, e o Rio de Janeiro transformando-se em sede do governo português, D. João VI doou alguns dos melhores “campos” da Real Fazenda de Santa Cruz aos membros da Corte e seus parentes para se estabelecerem, a amigos e funcionários do governo, proprietários dos imóveis confiscados na cidade do Rio de Janeiro, e deixou a administração da Fazenda aos cuidados de superintendentes.

De acordo com o memorialista Benedicto Freitas, existiam vários quilombos no interior da Fazenda de Santa Cruz, e os mais numerosos eram os das cabeceiras do Rio Guandu. Um deles foi atacado em 1691 pelas tropas da cidade e, parece sem nenhum êxito, pois em 1762, Gomes Freire ordenava ao Capitão-Mor da Aldeia de Itaguáí, que fosse atacar o quilombo do Guandu¹⁶. O escravizado fujão tinha a pena de ser marcado com ferro em brasa nas espátulas com a letra “F”, e se voltasse a fugir tinha uma de suas orelhas cortada. Para o autor, os escravizados que fugiam internavam-se nos matos próximos a estradas, para a noite roubar o necessário à sua subsistência, inclusive gado¹⁷.

A administração de Inácio José Garcia (1856-1867), conhecido como o “Carrasco do Cruzeiro”, “título recebido por ter retirado a cruz dos jesuítas de frente do palácio da fazenda, tendo colocado o pelourinho para aplicação de castigos físicos aos escravos”¹⁸, assistimos um período em que os escravizados da Fazenda realizaram vários movimentos de revoltas. Deve-se a Garcia inúmeras denúncias de maus tratos à escravaria, o estado de abandono da Fazenda, os desvios de verbas, a utilização dos escravos ao seu serviço e a manipulação do comércio local para enriquecimento próprio. Sua gestão foi tão tumultuada que, no período, houve uma tentativa de assassinato contra ele, em 1865, e termina com sua morte suspeita e questionável para a época¹⁹. Durante sua administração, a Fazenda de Santa Cruz passou por um dos momentos mais conturbados da sua história, fatores políticos, econômicos e sociais de esfera nacional acabaram repercutindo no modo de administrar de Garcia e tiveram consequências na escravaria²⁰.

Iremos dialogar aqui sobre as terras de quilombos lançados no Livro de Lançamento de Foreiros, de 1824, quando o imperador D. Pedro I ordenou que todos os que tinham benfeitorias na Fazenda deviam fazer o recadastramento e declararem o ano em que se estabeleceram nas terras da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Esse recadastramento rendeu quatro livros, que se encontram na sede INCRA/RJ. Neles constam o nome do foreiro, a localidade da terra e o valor do foro. Contudo, os foreiros não declararam as medidas ou confrontantes da terra ocupada, nestes registros.

Existe, porém, uma carência de pesquisas relativas à Fazenda de Santa Cruz durante a administração jesuítica, à formação de quilombos ou levantes de escravizados dentro dos seus limites no período colonial. Temos como evidências

¹⁶ FREITAS, Benedicto. Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Era Jesuítica 1567-1759. Volume I. Rio de Janeiro, 1985. p. 178.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ CORRÊA, João Batista. Imperial Fazenda de Santa Cruz: Escravidão e Liberdade na Segunda Metade do Século XIX (1856-1891). Dissertação de Mestrado. Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2016. p. 42-43.

¹⁹ FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999, P. 203. Citado in CORRÊA 2016. p. 42.

²⁰ *Ibidem*.

da existência de quilombos as denominações das localidades dos terrenos aforados declaradas pelos foreiros, no recadastramento de 1824. Esperamos assim, dar subsídios para posteriores trabalhos sobre a administração jesuítica, movimentos sociais dos escravizados e formação de quilombos. Encontramos, no Livro Nº 1 – 1º Volume e no Livro Nº 1 – 2º Volume, de Lançamento de Foreiros da Real Fazenda de Santa Cruz, os seguintes foreiros e localidades listados no quadro abaixo.

Quadro 1 – Foreiros que ocuparam terras de quilombos na Real Fazenda de Santa Cruz, em 1824.

Ano declarado	Local	Nome do foreiro
1821	Cachoeira do Mondéo dos Pretos	D. Anna Roberta de Vasconcelos
1823	Cachoeira do Mondéo dos Pretos	D. Anna Luiza do Nascimento
1826	Lagoa do Quilombinho	Custódio Pires da Fonseca
1823	Mondéo dos Pretos	Luiz José de Sá Freire
1823	Pé da cachoeira do Mondéo dos Pretos	D. Anna Luiza do Nascimento
1823	Quilombo	Manoel Antonio de Sá
1822	Quilombo	Manoel Pereira de Lemos
1823	Quilombo	D. Anna Bazilia Guerobina
1823	Quilombo	Manoel [ilegível]
1823	Quilombo	Anna Maria (preta)
1824	Quilombo do Garcia	Antonio José da Costa
1824	Quilombo do Garcia	José Antonio da Silva
1824	Quilombo Estrada Geral de Taguahy	José Xavier Vidal Moniz Barreto
1823	Quilombinho	D. Marianna Xavier Vidal Moniz Barreto
1823	Ribeirão do Mondéo dos Pretos	José Tiburcio de Sá Freire
1823	Ribeirão do Mondéo dos Pretos	Luiz Barboza de Sá Freire
1826	Saco do Quilombo	Joaquim Ribeiro
1824	Saco do Quilombo	Joaquim Ribeiro
1823	Serrinha do Quilombo	Manoelo Oliveira Siqueira
1822	Serrinha do Quilombo	Francisco Pereira de Lemos de Farias
1822	Serrinha do Quilombo	Michaella Ferreira de Andrade
1823	Timbuíba	José Correia do Prado

Fonte: Livro Nº 1 – 1º Volume e Livro Nº 1 – 2º Volume de Lançamento de Foreiros da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Acervo INCRA/RJ.

O ano declarado da ocupação das terras, em sua maioria, possivelmente não é o que realmente ocorreu, pois muitos estavam com o foro em atraso e se declarasse o ano correto teria primeiro colocar o foro em dia para realizar o recadastramento. Outra questão, os foreiros ocuparam terras que já havia produção agrícola, pois não precisava de investimentos. E a maioria dos quilombos tinha produção agrícola familiar, para o sustento dos conviventes. Apenas uma foreira estava anotada ao lado do nome, entre parênteses, ser preta.

De acordo com as informações do senhor Josemar Oliveira, funcionário aposentado do INCRA e responsável pelos aforamentos de áreas rurais da Fazenda Nacional de Santa Cruz nas décadas de 1970 e 1980, essas localidades de quilombos foram aforadas por senhores de escravizados durante o século XIX. Tais localidades são conhecidas atualmente, como: Mundéu dos Pretos ou Sá Freire e Cachoeira do Mundéu dos Pretos, em Seropédica; Quilombo do Garcia, entre Seropédica e Paracambi, e teve a transferência de aforamento concedida a empresa Irmãos Flores, em 1905; Sapo da Timbuíba e Quilombo, entre Seropédica e Itaguaí; Serrinha do Quilombo, na subida da Serra das Araras, entre Paracambi e Seropédica, teve a transferência de aforamento concedida pelo ministro da fazenda, em 1923, a Antônio Elyzeu dos Santos; Serra do Quilombo, na subida da serra para Paulo de Frontim, entre Seropédica e Paracambi. Todos esses quilombos pagavam seus devidos foros à Superintendência da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

Concluímos assim, que esses quilombos tiveram sua formação entre os séculos XVII e XVIII, para que fosse possível serem referências de localidades no início do século XIX. A consulta em livros de aforamentos anteriores a 1824 se faz necessária para se fazer a cadeia retroativa do aforamento dessas localidades de quilombos. Alguns livros se encontram no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, e dados sobre a administração jesuítica pode ser localizado no arquivo do colégio da Ordem dos Jesuítas do Rio de Janeiro. O Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal, tem documentos do período jesuítico no Brasil colônia. Um levantamento no Arquivo Ultramarino ainda não foi realizado, assim como, nos arquivos das sedes da Ordem na França e na Bélgica, e no arquivo do Vaticano, em Roma.

Encontramos produções acadêmicas sobre os escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz, desenvolvidas em Programa de Pós-graduação em História nas universidades do estado do Rio de Janeiro. Os professores pesquisadores Fânia Fridman, Carlos Engemann, Márcia Amantino e Manoela Pedroza, e o memorialista Benedicto Freitas, são referências para se pesquisar a Fazenda de Santa Cruz. As pesquisas mais recentes são de Edite Moraes, Amanda Souza e João Corrêa, e variados trabalhos sobre a Fazenda são apresentados no Encontro de História e Patrimônio da Fazenda de Santa Cruz, realizado em 2021 e 2023. Os anais do encontro de 2021 foi publicado em e-book pela ANPUH RIO. Mas ainda não existe produção sobre os quilombos da Fazenda de Santa Cruz.

REFERÊNCIAS

Arquivo Nacional:

Inventário dos Bens da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ, 1759.

Inventário dos Bens da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ, 1791. Códice 808, Volume 4.

Fazenda Nacional de Santa Cruz, Códice 1122, Volume 01.

INCRA

Livro Nº 1, Volumes 1º e 2º, de Lançamento de Foreiros. Superintendência da Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Hemeroteca Digital da biblioteca Nacional:

Correio da Tarde, 25 de fevereiro de 1856.

Correio da Tarde, 22 de março de 1856.

AMANTINO, Márcia. De “curral dos padres” à gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In ENGEMANN, Carlos Org. Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos “Remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana, v.3, n.2, oct. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000200001&script=sci_arttext Acesso em: 4 ago. 2010.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Edusc, 2006.

BRANDÃO, André. Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.

CORRÊA, João Batista. Imperial Fazenda de Santa Cruz: Escravidão e Liberdade na Segunda Metade do Século XIX (1856-1891). Dissertação de Mestrado. Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2016.

COSTA, Edite Moraes da. Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do

Matadouro Industrial (1870-1890). Dissertação. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2017..

ENGEMANN, Carlos. Os servos de Santa Inácio a serviço do imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820) (dissertação). UFRJ, 2002.

FREITAS, Benedicto. Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Era Jesuítica 1567-1759. Volume I. Rio de Janeiro, 1985. p. 178.

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

JORGE, Amanda Lacerda. O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.3, p. 139-151, set./dez. 2015. DOI: 10.19180/1809-2667.v17n315-08. Disponível em: O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória | Revista Vértices Acesso em 08 nov 2024.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista U S P, São Paulo, Nº 2 8: pp. 56-63, dezembro/fevereiro 1995/96.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

PEDROZA, Manoela. Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759). Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.



CAPÍTULO 4

O ACESSO A ÁGUA POTÁVEL E SEGURA NOS QUILOMBOS

Anderson Moraes de Castro e Silva
HARPIA – UERJ
Rio de Janeiro – RJ
<https://orcid.org/0000-0002-5668-0354>

André Rodrigues Pereira
UERJ
Cabo Frio – RJ
<https://orcid.org/0009-0009-3928-2213>

RESUMO: Não existe vida humana ou microscópica sem a presença de água, sendo de vital importância para todo e qualquer organismo vivo. A legislação brasileira prioriza a proteção e a utilização da água para que o ser humano sobreviva e exista. Para atingir este objetivo, a água é tratada de modo convencional removendo as partículas e passando por processo de desinfecção. Já nas comunidades quilombolas, o acesso à água nem sempre é satisfatório ou é realizado de modo convencional, tendo que, as comunidades lutar com diferentes atores envolvidos (governamentais ou não) por esse direito não só fundamental para a vida quanto fundamental para a existência destas comunidades com todas suas tradições e conhecimentos.

PALAVRAS- CHAVE: Água Potável, Quilombo, ODS 6

ACCESS TO SAFE AND DRINKING WATER IN QUILOMBOS

ABSTRACT: Human and microbial life cannot exist without water, which is essential to all living organisms. Brazilian legislation prioritizes the protection and sustainable use of water as a means to ensure human survival and well-being. Conventionally, water treatment involves the removal of suspended particles followed by disinfection processes. However, in quilombola communities, access to safe water is often limited or does not follow conventional treatment methods. As a result, these communities must negotiate and advocate—with both governmental and non-governmental actors—for this fundamental right, which is vital not only for life itself but also for the preservation of their cultural identity, traditional practices, and ancestral knowledge.

KEYWORDS: Drinking Water, Quilombo, SDG 6

INTRODUÇÃO

Há diversas informações na literatura sobre o percentual de água existente no corpo humano (70%) e o motivo principal deste percentual está na menor estrutura que compõe os organismos vivos, a célula (LEHNINGER; NELSON; COX, 2014).

Os organismos vivos são um conjunto de células, cada qual exercendo sua função, porém com uma estrutura semelhante umas das outras. As células de organismos vivos terão em sua composição uma membrana, um núcleo e um citoplasma. O citoplasma, objeto de interesse na questão da água é uma suspensão aquosa que contém organelas que são responsáveis pela sobrevivência da célula, portanto, se não houver água na célula, não haverá citoplasma nem um organismo vivo estruturado. (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2012).

Diante desta importância que a água tem para todo organismo vivo, a legislação brasileira possui diversos dispositivos legais que garantem o acesso universal à água. No ano de 1934 o *Código das Águas* (Decreto 24.643 de 10 de julho de 1934), em seus artigos 34 e 35, já garantiam o acesso à água para proprietários e vizinhos de nascentes, de modo que as “primeiras necessidades da vida” fossem satisfeitas - prevendo ainda, neste caso, que o vizinho pague uma indenização ao proprietário do terreno onde se localiza a nascente. Em seus artigos 36, 69 e 117 era possível perceber a existência de uma preocupação com o uso comum da água pelo legislador, o trajeto para que uma construção de maior cota abastecesse uma construção que sediada em cotas menores, e também uma previsão para que a água fosse utilizada na agricultura, assim como que o escoamento se desse tanto para regiões de reservas de água quanto para terrenos encharcados (BRASIL, 1934).

Posteriormente, a Constituição de 1988, tratando do tema água, se preocupou com a gestão das águas e definiu a união como agente no estabelecimento de um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos bem como as regras de utilização desta água. A Constituição ainda estabeleceu que caberia à União, aos Estados e aos Municípios proteger e combater qualquer forma de poluição. Aliás, a lei maior também definiu que são direitos sociais o acesso à saúde e este acesso não é possível sem ter água de qualidade (BRASIL, 1988).

Na década seguinte, a Política Nacional dos Recursos Hídricos, em 1997, considerou a água um bem de domínio público, que deveria ser preservada para as gerações futuras. Fixou que em situações de escassez a prioridade de uso deveria ser para o consumo humano e de animais, tendo a vida como prioridade absoluta. A Política Nacional dos Recursos Hídricos estabeleceu que a gestão dos recursos hídricos deveria se dar de forma descentralizada. Com isso, ela instituiu os comitês de bacias hidrográficas, órgãos consultivos e deliberativos atuante nas bacias e micro bacias hidrográficas do Brasil (BRASIL, 1997).

Em 15 de julho de 2020, a lei 14.026 atualizou o marco regulatório do saneamento brasileiro e fixou uma data limite para que 99% da população brasileira tivesse acesso a água potável de qualidade: 31 de dezembro de 2033! Prevendo em seu artigo segundo a prevenção de perdas no processo de produção de água potável e inovando ao incluir a possibilidade de reuso de água de chuva. Metas de redução de perdas, racionalização do uso da água e de outros recursos naturais para o atendimento da população nos contratos de concessão de serviços públicos foram outras questões abordadas pela lei (BRASIL, 2020).

Em certo sentido, a evolução legislativa sobre acesso, uso e consumo d'água no Brasil tentava se aproximar, na letra da lei, daquilo que foi pactuado pelo país em tratados internacionais. Afinal, não se pode desconsiderar que o Brasil se comprometeu com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), se obrigando a garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos os brasileiros. Aliás, o item 6.1 dos ODS fixa como obrigação dos países “alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos até 2030. Ora, se a Lei 14.026/20 fixa esse prazo para 2033, então o governo brasileiro já sinaliza que descumprirá as metas estabelecidas no acordo em relação a sociedade abrangente.

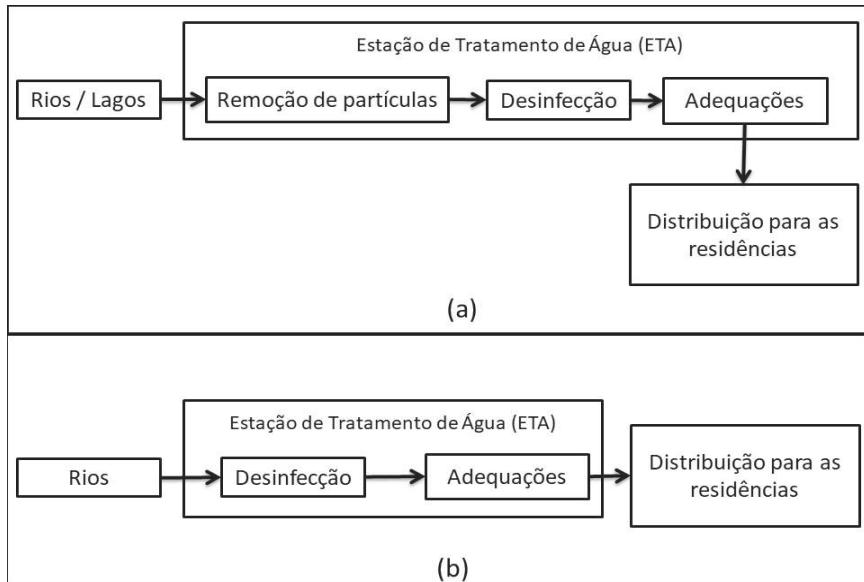
E no caso das comunidades quilombolas, como essa questão se encontra nos dias atuais? Ao longo do texto se pretende apresentar um panorama sobre o tema, mas antes o leitor será apresentado a uma contextualização sobre a questão do abastecimento d'água na sociedade brasileira.

FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A forma mais comum e tradicional de fornecimento de água para um município é a captação de água de um rio e, em alguns lugares a captação é realizada numa lagoa abastecida pelos rios da região hidrográfica da qual ela pertence. O tratamento convencional de água consiste em remover partículas em suspensão com sua posterior desinfecção. A legislação atual (Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021) exige que se tenha uma concentração residual de 0,2 ppm (partes por milhão) de cloro residual livre a fim de manter a água sem crescimento de microrganismos indesejáveis (Figura 1a) (BRASIL, 2021; RICHTER; AZEVEDO NETTO, 1991; SPERLING, 2014).

Outra forma de abastecer os municípios ou ainda uma forma secundária ou de apoio à forma tradicional de fornecimento de água é quando existe a possibilidade de captação da água próximo à sua nascente, quando a água ainda não passou por nenhum centro urbano e, é possível trata-la apenas com a desinfecção, pois é uma água isenta de partícula suspensa (Figura 1b) (BRASIL, 2021; RICHTER; AZEVEDO NETTO, 1991; SPERLING, 2014).

Figura 1 – Diagrama esquemático do tratamento convencional de água para abastecimento humano (a) e o tratamento quando é dispensado a remoção de partículas (b)



Fonte: BRASIL, 2021

Como formas alternativas para o abastecimento de água num município temos ainda as águas subterrâneas onde a própria política nacional de recursos hídricos, citada anteriormente, prevê que esse tipo de água seja uma reserva para as gerações futuras. De outro lado, existe a previsão legal para o uso limitado deste recurso. No estado do Rio de Janeiro a resolução 174 do INEA (Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro) diz que o uso de até 5.000 L/dia (cinco mil litros por dia) de água subterrânea por cada propriedade, exceto para produtor rural para usos agropecuários onde este valor vai para 28.800 L/dia (vinte oito mil e oitocentos litros de água por dia) poderá ser feito sem maiores restrições (BRASIL, 2019; BRASIL, 1997).

ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

A água utilizada em comunidades tradicionais pode ser obtida pelos métodos citados anteriormente, porém, algumas comunidades não necessariamente estão servidas de água em quantidade e qualidade que dê para garantir o consumo dos moradores locais, principalmente em épocas de seca, onde a chuva não é abundante.

No contexto da escassez, alternativas surgem para suprir a necessidade dessas comunidades. Novas fontes de água podem vir do armazenamento de água de chuva em cisternas ou do reaproveitamento da água do orvalho (mais conhecido como sereno), durante a noite, por exemplo. Há ainda, como alternativa limítrofe para se suprir as necessidades da agricultura, a possibilidade de se fazer uso da água que sai do sistema de tratamento de esgotos, caso as comunidades tradicionais contem com um sistema de tratamento de esgoto adequado, o que não é muito comum.

O aproveitamento da água da atmosfera (orvalho) é de suma importância em áreas onde há escassez de água e o clima é semiárido, o que ocorre com algumas regiões da baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro ou ainda em regiões que sofrem com um excedente populacional flutuante em épocas festivas como o carnaval e as festas de fim de ano, por exemplo. A literatura mostra que produção de água potável por esta técnica em regiões de escassez de água, tem se mostrado satisfatória, revelando-se uma boa alternativa que é possível de ser implementada em comunidades tradicionais onde há pouco acesso à água (GIOVANELLA et al., 2023; SILVA, 2018; FERREIRA, 2020; CORREIA, 2023)

O acúmulo de água de chuva em cisternas já vem sendo utilizado há décadas em regiões com pouca oferta de água e garante o abastecimento para muitas pessoas. Na primeira década do século XXI houve um crescimento na construção destas cisternas representando redução de doenças causadas pela água sem tratamento, maior oferta de água na agricultura familiar e tiveram um papel importantíssimo no abastecimento de água nas escolas das regiões rurais contribuindo diretamente para a meta 6.1 dos objetivos do desenvolvimento sustentáveis (ODS) da ONU: “Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos” sendo, portanto uma ação que tem um importante papel humanitário e de segurança no acesso à água (VIEIRA; AMORIM; RIBEIRO, 2024; CASTRO, 2021)

A utilização do esgoto tratado para a agricultura, além de incentivar uma agricultura dentro do conceito da economia circular auxilia as regiões onde a água deve ser priorizada para o consumo humano, dependendo do sistema de irrigação é possível atingir grandes áreas de plantação. Porém existe alguns problemas burocráticos em relação a regulamentação desta técnica no Brasil, apesar de ser promissora e ser mostrar viável no ponto de vista técnico (PIMENTEL et al., 2024; SILVA, 2022; BRAATZ et al., 2023; QUARESMA et al., 2023). Mas, apesar das previsões legais e das alternativas técnicas, como se encontra na prática o acesso a águas nas comunidades quilombolas do Rio de Janeiro?

O PARADOXO D'ÁGUA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O projeto de extensão Atitudes Sustentáveis nos Quilombos foi criado em 2022, no âmbito da Faculdade de Ciências Exatas e Engenharias da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Ele tinha como objetivo mapear as comunidades quilombolas sediadas no Rio de Janeiro, visitá-las e estabelecer rodas de conversas nas quais a universidade e a comunidade quilombola pudesse repartir saberes e conhecimentos sobre costumes, hábitos e práticas relacionadas à captação, armazenamento, uso e descarte d'água no quilombos.

Afinal, como salienta a historiografia, as comunidades quilombolas tenderam a se estabelecer próximas aos locais nos quais as fontes d'água fossem abundantes, tendo em vista a importância que tinham, e ainda preservam, para manutenção da saúde física e espiritual nas práticas culturais e religiosas dessas comunidades. Afinal, a água não só alimenta o corpo como também é um elemento sagrado que ostenta em si múltiplos signos e significados na cosmovisão das diferentes etnias que constituíram os primeiros quilombos. Da purificação à fecundidade, da conexão espiritual à sabedoria, diversos são os rituais e práticas nos quais o elemento água é essencial. Portanto, em certo sentido, a fonte d'água era um dos principais, senão o principal, requisito para a fixação de um povoado no território.

Na atualidade, paradoxalmente, a existência dessas mesmas fontes, em inúmeras comunidades quilombolas da cidade e do estado do Rio de Janeiro, tornou-se o motivo pelo qual são articuladas ações que visam a expulsão dos quilombolas de seus territórios. A mesma água que outrora possibilitou a fixação do homem nesses espaços, hoje dá causa a sua expulsão. Não raro, a fonte da vida se apresenta como potencial risco de morte. Mas como isso se deu?

Nos relatos ouvidos, a indústria canavieira, o grande produtor rural, as milícias, facções e até mesmo o poder público constituído aparecem como exemplos de partes interessadas nos territórios quilombolas. Com diferentes métodos e práticas almejam um fim comum: controlar o acesso e a distribuição dos recursos naturais, em especial, as fontes d'água existentes nessas localidades. Ora, como se sabe os territórios quilombolas estão localizado por várias regiões do estado, apresentando topografias semelhantes ou distintas, mas cada um desses relevos tendo uma relação crucial no ciclo hidrológico da localidade. Rios, poços, lagos e lagoas, cachoeiras e até praias se encontram sediados em territórios quilombolas formalmente reconhecidos, alguns titulados, outros não. Aqui, o fato de já ser titulado ou não parece não fazer distinção quanto à expropriação dos recursos naturais dessas comunidades. Mas, a quem recorrer quando o inimigo é difuso e se espalha por todos os lados, inclusive o poder público constituído?

Há menos de cinco anos do prazo estabelecido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis para que a população brasileira tenha acesso à melhoria na quantidade e na qualidade da água consumida, observa-se justamente o contrário no âmbito das comunidades quilombolas: o curso de rios sendo desviados, a contaminação de lagos, lagoas e de lençóis freáticos por esgoto, agrotóxicos e resíduos industriais. Fontes d'água são recorrentemente cercadas por grupos paramilitares que delas se apossam e passam a comercializar a produção desses mananciais, impedindo o acesso dos moradores locais.

O poder público constituído, quase sempre ausente, quando se faz presente nem sempre é para contribuir. A prestação do serviço de abastecimento de água e esgoto encanados tende a ser uma das “modernas” soluções propostas ante o “atraso” do fornecimento tradicional. O onipresente hidrômetro sempre a tiracolo dos operários que cuidam dessas instalações logo se transformará em fonte de preocupações e dívidas. Há, hoje, comunidades quilombolas nos quais grande parte dos moradores se encontram com seus nomes negativados em razão de dívidas com empresas prestadoras de serviços públicos. Gerações que cresceram e se habituaram a coletar gratuitamente água em poços existentes no território, muitas vezes usando a cacimba, agora têm de lidar com a conta mensal, sem que disponham de renda para isso. Entretanto, em algumas comunidades os poços secaram ou não oferecem mais água em quantidade ou qualidade para toda comunidade, afinal, a contaminação de fontes d’água por uso excessivo de pesticidas usados na agricultura pelas empresas que avizinharam as comunidades quilombolas é um fato. Se a previsão da ODS objetiva reduzir a poluição, eliminar o despejo e minimizar a liberação de produtos químicos e materiais perigosos em rios e lagos, é justamente o oposto que se pode observar em algumas regiões do estado, notadamente naquelas que contam com comunidades quilombolas. E não são poucas!

A GUISA DE CONCLUSÃO: SERIA O QUILOMBO UM ENTRELUGAR?

Na escrita do texto optou-se metodologicamente por não nomear os atores sociais nem os territórios quilombolas cujos relatos constituem a base do presente texto exploratório. Essa opção traz em si o cuidado e a responsabilidade para com os participantes do estudo. De outro lado, também se baseia na proposta de que o que importa são os fatos e o contexto apresentado e não a autoria dos relatos.

No texto tentou-se apresentar aspectos da dimensão prescritiva: leis, normas e diretrizes que tratam da questão do acesso e consumo de água potável na sociedade brasileira correlacionando-as com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A dimensão do vivido foi abordada a partir das visitas e relatos coletados ao longo da existência do projeto de extensão Atitudes Sustentáveis nos Quilombos. Esse conteúdo foi apresentado em uma narrativa descritiva com intuito de familiarizar o leitor com o campo de estudos.

Entre a prescrição legal e a experiência cotidiana, os territórios quilombolas se encontram, neles se sobrevive. Mas que lugar é esse onde se pode até contar com a titularidade da terra, mas não se tem o mais básico dos direitos que é o acesso à agua?

Seria a titulação do território quilombola um ato político-jurídico similar ao tombamento de um patrimônio cultural na sociedade brasileira? Como se sabe, tombar um patrimônio material tende a ser primeiro ato para o seu abandono pelo poder público constituído. A obtenção da titulação da terra pela comunidade quilombola significaria também o abandono desses territórios pelo poder público? Essas questões anseiam por respostas.

REFERÊNCIAS

BRAATZ, Kelly Vanessa; SILVEIRA, Andressa de Oliveira; WOLFF, Delmira Beatriz; FLACH, Kauane Andressa. O hiato entre a universalização do esgotamento sanitário e o potencial de aproveitamento dos subprodutos do tratamento de esgoto de forma sustentável no Brasil. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 14., 2023, [S.I.]. Anais [...]. [S.I.]: [s.n.], 2023. Disponível em: <<https://www.institutoventuri.org/ojs/index.php/FIRS/article/view/266/196>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. Brasília, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Estadual do Ambiente – INEA. Resolução nº 174, de 27 de março de 2019. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nº 60, p. 34, 29 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.agevap.org.br/arqresolucao/2019/174.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-888-de-4-de-maio-de-2021-318461562>>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CASTRO, César Nunes de. Avaliação do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Texto para Discussão n. 2722. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, dez. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11009>>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CORREIA, Vasco Rodrigues Andrade. Avaliação das necessidades energéticas de um sistema autônomo para produção de água a partir de ar atmosférico. 2023. Dissertação (Mestrado em Engenharia Eletromecânica) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2023. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/86be9bee42ba942c6a0a6a79cfba5dd8/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FERREIRA, Grazielly Kainara. Retirada de água da atmosfera e sua viabilidade de uso para o semiárido. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal Rural do Semiárido, UFERSA, Mossoró, RN, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/cfaa2d93-6206-4a33-94c3-ef07223eb814/content>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GIOVANELLA, Tharsos Hister; OLIVEIRA, Fabrício Correia de; TLUSZCZ, Júlia; ZIECH, Ana Regina Dahlem. Calibração de métodos empíricos para estimativa de evapotranspiração de referência no oeste do Paraná. Revista Observatorio de la Economia Latinoamericana, Curitiba, v. 21, n. 8, p. 10402–10421, 2023. Disponível em: <<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1018>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

LEHNINGER, T. M.; NELSON, D. L.; COX, M. M. Princípios de bioquímica. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

PIMENTEL, Sandra Morgana de Freitas; ARRUDA, Valmir Cristiano Marques de; SILVA, Vicente de Paulo; LIMA, Vanessa Lemos de. Avaliação do potencial de reuso para fins agrícolas através da quantificação do esgoto tratado no município de Tacaimbó – PE. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 21., 2024, Recife. Anais [...]. Recife: ABES, 2024. Disponível em: <https://abes-dn.org.br/anaiseletronicos/21silubesa_download/146 tema_iv.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

QUARESMA, Lucas Akira T.; FERREIRA, Ednaldo José; SILVA, Wilson Tadeu Lopes da; BASSOI, Luis Henrique. Sistema de recomendação de adubação com efluente de esgoto tratado em manejos multicondições para fertirrigação de milho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROINFORMÁTICA, 2023, [S.I.]. Anais [...]. [S.I.], 2023. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/sbiagro/article/view/26540/26363>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

RICHTER, Carlos A.; AZEVEDO NETTO, José M. de. Tratamento de água: tecnologia atualizada. 1. ed. São Paulo: Blucher, 1991.

SILVA, Larissa Carolina Corraide da. Captação de água da atmosfera – análise do potencial brasileiro e desenvolvimento de protótipos. 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2018. Disponível em: <<https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/b86b8e2f-d884-4e43-a8e7-3e6f152bded1/content>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVA, Rodrigo Alves da. Avaliação do atendimento às políticas de serviços de água e esgoto do município de Rio das Ostras (RJ) em comparação ao cenário nacional. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes, v. 16, n. 2, p. 102–119, 2022. Disponível em: <<https://editoraessentia.ifff.edu.br/index.php/boletim/article/view/16993/16700>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SPERLING, Marcos Von. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 4. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

VIEIRA, Rodrigo da Silva; AMORIM, Francisca Tayane de Souza; RIBEIRO, Lívia Paulia Dias. Estudo da qualidade da água de cisternas no Quilombo da Serra do Evaristo e na Comunidade Indígena Kanindé. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) – COPENE, 13., 2024, São Luís. Anais [...]. São Luís: [s.n.], 2024. Disponível em: <<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5885/1/Rodrigo%20da%20Silva%20Vieira.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2025.



CAPÍTULO 5

QUILOMBOLAS E O ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO: DESAFIOS, PROPOSTAS E ESTUDOS

Maria Francisca do Nascimento

UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0000-0003-1760-0339>

Jeferson Luis da Silva Rosa

UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0003-0461-4501>

RESUMO: O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seu item 6.2, que visa alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos até 2030, assume um papel central na luta por justiça social e equidade no Brasil. Este artigo analisa a aplicação desse item nas comunidades quilombolas, reconhecendo suas especificidades territoriais, históricas e culturais. A ausência de políticas públicas eficazes no saneamento básico dessas comunidades reforça desigualdades estruturais herdadas do período colonial e pós-abolicionista. Com base em dados recentes do Censo IBGE 2022, em literatura especializada e entrevistas com lideranças quilombolas do Estado do Rio de Janeiro, argumenta-se que a efetivação do ODS 6.2 nas comunidades quilombolas exige políticas interseccionais, respeito à autonomia territorial, mecanismos participativos que valorizem o conhecimento tradicional e o uso de indicadores locais para identificação de problemas de saneamento básico e captação de água.

PALAVRAS-CHAVE: ODS 6.2; quilombolas; saneamento básico; justiça ambiental; políticas públicas.

QUILOMBOLAS AND ACCESS TO BASIC SANITATION: CHALLENGES, PROPOSALS, AND STUDIES

ABSTRACT: The Sustainable Development Goal, which aims to achieve access to adequate and equitable sanitation and hygiene for all by 2030, plays a central role in the fight for social justice and equity in Brazil. This article analyzes the application of this prescription in quilombola communities, recognizing their territorial, historical, and cultural specificities. The lack of effective public policies for basic sanitation in these communities reinforces structural inequalities inherited from the colonial and post-abolitionist period. Based on recent data from the 2022 IBGE Census, specialized literature, and interviews with quilombola leaders in the State of Rio de Janeiro, it is argued that the implementation of the Sustainable Development Goal in quilombola communities requires intersectional policies, respect for territorial autonomy, participatory mechanisms that value traditional knowledge, and the use of local indicators to identify basic sanitation and water collection problems.

KEYWORDS: Sustainable Development Goals; quilombola communities; basic sanitation; environmental justice; public policies.

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas são formadas por descendentes de africanos que resistiram ao sistema escravocrata e se refugiaram em áreas isoladas, onde puderam preservar sua cultura e tradições. No entanto, essas comunidades enfrentam grandes desafios em termos de infraestrutura básica, especialmente no que se refere ao saneamento. Este artigo visa abordar os principais problemas de saneamento básico enfrentados pelas comunidades quilombolas, apresentar exemplos reais dessas dificuldades, e propor um modelo de estudo e análise das condições sanitárias desses locais.

A Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU, 2025) estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com metas ambiciosas para promover o desenvolvimento humano em equilíbrio com o meio ambiente. O sexto objetivo do DOS é “Água potável e saneamento - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos”. No seu item 6.2 (aqui nomeado de ODS 6.2), no que se refere ao saneamento básico, estabelece que todos devem ter acesso ao saneamento e à higiene adequados e equitativos até 2030, com atenção especial às necessidades de mulheres, meninas e pessoas em situação de vulnerabilidade. No Brasil, a aplicação desse objetivo às comunidades quilombolas revela uma série de desafios históricos, sociais e institucionais que ainda limitam a universalização do saneamento básico.

O saneamento básico é essencial para a saúde e bem-estar de qualquer comunidade. No entanto, muitas comunidades quilombolas no Brasil sofrem com a falta de acesso a serviços básicos de coleta de lixo, tratamento de água e esgoto. Esta situação coloca os habitantes em risco de doenças e limita seu desenvolvimento socioeconômico. Scalize *et al* (2019) realizaram uma busca bibliográfica no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 1998 a 2018 e identificaram 360 artigos relativos a saneamento e comunidades quilombolas. No entanto, apenas 15 artigos abordaram acerca das questões sanitárias nessas comunidades. Os autores verificaram que os problemas enfrentados pela ausência total ou parcial do saneamento básico nas comunidades quilombolas, acarretam problemas de saúde pública, o que deixa essas famílias em situação de vulnerabilidade.

De uma forma geral, quando a questão é o saneamento básico, os principais problemas observados são:

1. Falta de acesso à água potável – Muitas comunidades dependem de fontes naturais, como rios e poços, que podem estar contaminados.
2. Ausência de esgotamento sanitário – O esgoto, muitas vezes, é despejado a céu aberto ou tratado de forma inadequada, gerando riscos à saúde.
3. Coleta inadequada de resíduos – Em diversas localidades, não há coleta regular de lixo, o que pode levar à contaminação do solo e da água.
4. Deficiências na drenagem – O acúmulo de águas pluviais pode causar alagamentos e proliferação de doenças, como a dengue.

A falta de saneamento básico aumenta a incidência de doenças como diarreia, infecções parasitárias e doenças respiratórias, que afetam principalmente crianças e idosos. Além disso, a falta de água potável e de banheiros adequados dificulta a higiene pessoal, afetando a dignidade e bem-estar dos moradores.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no campus da Zona Oeste (UERJ-ZO), um grupo de extensão universitária estuda problemas de sustentabilidades em quilombos. O projeto denominado Atitudes Sustentáveis no Quilombo, visa entre uma das suas atividades estudar os problemas relacionados à água nos quilombos (abastecimento e esgoto). Em 2024 foram realizadas entrevistas com lideranças de quatro de diferentes quilombos do Estado do Rio de Janeiro, destacando as dificuldades relacionadas ao acesso à água potável, esgotamento sanitário e poluição ambiental. Uma síntese dos problemas relatados foi elaborada a partir de entrevistas e reuniões comunitárias nos quilombos Maria Romana, Maria Joaquina, Ilha da Marambaia e Feital. Foram analisados os problemas enfrentados por essas comunidades e os dados do censo IBGE 2022 sobre o saneamento básico em comunidades quilombolas e especificamente dados referentes à capitação

de água nessas comunidades no Estado do Rio de Janeiro. Os dados sintetizados nas entrevistas corroboram com os dados do IBGE no que tange a dificuldade de saneamento básico e água potável nas comunidades quilombolas tanto nas localizadas na zona urbana como na zona rural.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O SANEAMENTO BÁSICO

De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, o Brasil tem 8.441 localidades quilombolas existentes no território brasileiro associadas a 7.666 comunidades quilombolas (uma comunidade quilombola pode ser formada por mais de uma localidade). A população total residente nesses territórios é estimada em cerca de aproximadamente 1,33 milhão de pessoas, distribuídas em quase 1.700 municípios, representando um contingente significativo de brasileiros em situação de vulnerabilidade estrutural.

Entretanto, o número de comunidades quilombolas no Brasil varia conforme a fonte utilizada. O censo 2022, indica que o país possui 7.666 comunidades quilombolas, distribuídas em diferentes estados da federação (IBGE-a, 2022). Já a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) trabalha com estimativas menores, afirmando que existem cerca de 6.330 comunidades quilombolas em todo o território nacional (ALMA PRETA, 2021). Outras entidades de apoio aos direitos humanos também reforçam essa perspectiva, como o Fundo Brasil, que destaca a atuação da CONAQ e menciona a existência de mais de 6.000 comunidades (FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, 2022). Dessa forma, percebe-se que o número de comunidades quilombolas varia entre as estatísticas oficiais e as estimativas de movimentos sociais, refletindo diferentes metodologias de contagem e reconhecimento.

Para o presente trabalho, no entanto, serão apresentados apenas os dados do censo 2022. Para o IBGE (IBGE-a, 2022), o que define um quilombo para o Censo é:

"As localidades quilombolas são definidas por lugares do território nacional onde existe um aglomerado permanente de habitantes quilombolas. Para serem consideradas localidades, esses lugares precisam estar relacionados a uma comunidade quilombola e contarem com, no mínimo, 15 pessoas declaradas quilombolas, cujos domicílios estão a, no máximo, 200 metros de distância uns dos outros".

Quanto ao número de localidades quilombolas registrados no censo 2022, Britto (2024) destaca que:

- I As 8.441 localidades quilombolas existentes no território brasileiro, estão associadas a 7.666 comunidades quilombolas declarados pelos informantes.

- A Região Nordeste conta com 5.386 localidades quilombolas, 63,81% do total, seguida pelo Sudeste, com 1.245 localidades (14,75%), e Norte com 1.228 (14,55%).
- Maranhão é o estado com maior quantitativo de localidades quilombolas, com 2.025 (23,99%). Em seguida estão a Bahia, com 1.814 localidades, e Minas Gerais com 979 localidades, correspondendo, respectivamente, a 21,49% e 11,60% do total.
- O município com maior quantitativo foi Alcântara (MA), com 122 localidades, seguido por Itapecuru Mirim (MA), com 121, e Januária (MG), com 101.

Sobre o reconhecimento oficial das comunidades quilombolas, os dados oficiais da Fundação Cultural Palmares (2024) indicam que já foram emitidas 3.103 certidões, beneficiando um total de 3.854 comunidades. O Nordeste é a região onde residem 68,19% dos quilombolas certificados do país. A Bahia concentra 29,90% e o Maranhão 20,26% desta população. Juntos, os dois estados abrigam 50,16% da população quilombola (certificada) do país.

Segundo Loschi (2025), os seguintes dados do censo 2022 sobre saneamento das comunidades quilombolas são destacados:

- Do total da população quilombola (1.330.186 pessoas), 38,29% vivem em áreas urbanas e 61,7% em áreas rurais. Nos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados, 12,63% dos moradores vivem em situação urbana e 87,37% em situação rural.
- Nos Territórios, a precariedade no saneamento básico atinge 63,74% dos moradores quilombolas em áreas urbanas e 93,82% em áreas rurais. Para a população quilombola total, esses percentuais foram de 53,61% entre moradores de áreas urbanas, chegando a 94,62% dos moradores em situação rural.
- Nos Territórios Quilombolas, o acesso a água em condições de maior precariedade chega a 11,3% nas áreas urbanas e a 41,6% nas áreas rurais.
- As menores proporções de moradores quilombolas com banheiro de uso exclusivo no domicílio estão entre moradores quilombolas nas áreas rurais (74,61%) e nos territórios em situação rural (72,34%).
- A maior situação de precariedade ou ausência de esgotamento encontrava-se entre os moradores quilombolas de áreas rurais, com 83,37%.
- Entre quilombolas dentro de Territórios em situação urbana, a proporção de pessoas sem acesso a coleta direta ou indireta de lixo (14,36%) chega a ser dez vezes superior à da população residente em situação urbana (1,43%).

Ainda segundo IBGE (IBGE-a 2022), considerando-se as limitações das pesquisas domiciliares, não são levantados no questionário censitário aspectos relacionados a: potabilidade da água que chega aos domicílios; ocorrência de intermitências e racionamentos; existência de tratamento de esgotos; qualidade sanitária das fossas sépticas; e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

A infraestrutura limitada é um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas. Como observado pelo censo 2022, muitas dessas áreas estão localizadas em regiões rurais e de difícil acesso, o que torna a instalação de sistemas de saneamento desafiadora e custosa. A ausência de planejamento urbano adequado agrava ainda mais essa situação.

Araújo *et al* (2019) estudando a questão do saneamento básico nas comunidades ribeirinhas e quilombolas da Amazônia Legal percebeu as dificuldades quanto à implantação e implementação das políticas sobre o saneamento básico na região da Amazônia Legal e a necessidade de implementação de um projeto de educação sanitária, visando à aplicação de métodos viáveis de prevenção de saúde pois elas implicam diretamente sobre a saúde de populações tradicionais residentes na região.

Em algumas regiões do Maranhão, comunidades quilombolas como a de Alcântara enfrentam graves problemas de saneamento. A falta de acesso à água potável e a ausência de sistemas de tratamento de esgoto são exemplos das condições precárias em que vivem essas populações (Firpo, 2018). Outro exemplo é o Quilombo Mesquita, próximo da capital do Brasil, a cerca de 50 km, é “marcado pela luta contra a desapropriação de terras, degradação do bioma, urbanização, discriminação e disparidades socioeconômicas, enfrenta más condições de vida e saneamento, e maus resultados para a saúde” (Andrade *et al*, 2022).

Com relação a dados sobre saneamento nos estados brasileiros o censo IBGE 2022 apresenta duas tabelas complementares (IBGE-b, 2022) com pesquisas sobre a existência de canalização de água no domicílio e a existência de ligação com a rede geral de distribuição de água no domicílio. Neste texto será abordado apenas os dados referentes ao estado do Rio de Janeiro.

NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Para o Estado do Rio de Janeiro, a população quilombola registrada pelo censo IBGE 2022 é de 20.431 habitantes, sendo que 14.853 (73%) vivem na zona urbana e 5.578 (27%) vivem na zona rural.

Analisando os dados apresentados nas tabelas complementares, com relação à existência de canalização de água no domicílio, o censo 2022 registrou que 95% das comunidades quilombolas da zona urbana tem canalização interna, 4% têm apenas no terreno e 1% não tem canalização. Na zona rural, 90% têm canalização interna, 8% têm apenas no terreno e 2% não tem canalização.

Com relação a existência de ligação com a rede geral de distribuição de água no domicílio, o censo 2022 registrou que 63% das comunidades quilombolas da zona urbana tem ligação com a rede de distribuição e utiliza como forma principal, 6% têm ligação, mas utiliza principalmente outra fonte e 31% não tem ligação com a rede de distribuição. Na zona rural, 8% têm ligação com a rede de distribuição e utiliza como forma principal, 10% têm ligação, mas utiliza principalmente outra fonte e 81% não tem ligação com a rede de distribuição.

Quadro 1 - Moradores quilombolas, por existência de canalização no domicílio, localização e por existência de ligação com a rede geral de distribuição de água no domicílio e situação do domicílio (dados do Estado do Rio de Janeiro)

Total do Estado	Urbana			Rural		
	Total	Existência de canalização de água no domicílio		Total	Existência de canalização de água no domicílio	
		Canalização interna	Canalização apenas no terreno		Canalização interna	Canalização apenas no terreno
20.431	14.853	14.171	528	154	5.578	5.016
Porcentagem		73%	95%	4%	1%	27%
Total do Estado	Urbana			Rural		
	Total	Existência de ligação com a rede geral de distribuição de água no domicílio		Total	Existência de ligação com a rede geral de distribuição de água no domicílio	
		Sim, e a utiliza como forma principal	Sim, mas utiliza principalmente outra forma		Sim, e a utiliza como forma principal	Sim, mas utiliza principalmente outra forma
20.431	14.853	9.364	941	4.548	5.578	458
Porcentagem		73%	63%	6%	31%	27%
					8%	10%
						81%

Fonte: Adaptado de IBGE-b (2022).

REALIDADE DOS QUILOMBOS DA MARAMBAIA, MARIA ROMANA, MARIA JOAQUINA E NO RIO DE JANEIRO

Com o intuito de conhecer a realidade alguns quilombos do Estado do Rio de Janeiro, o projeto de extensão Atividades Sustentáveis no Quilombo realizou, ao longo do ano de 2024, visitas e entrevistas com lideranças de algumas comunidades quilombolas, são elas: Quilombo da Marambaia, Maria Romana, Maria Joaquina e Feital. Entre as questões abordadas na entrevista estava a questão da água e do saneamento básico. Percebeu-se que as informações colhidas nestas entrevistas estão em acordo com os resultados obtidos pelo censo 2022. Falta de canalização ou canalização precária é uma das queixas informadas pelas lideranças quilombolas ouvidas nas entrevistas.

Como informações gerais dos quilombos cita-se:

Quilombo da Marambaia

- | Localização: Ilha da Marambaia, município de Mangaratiba (RJ), região da Costa Verde.
- | Contexto: Comunidade formada por descendentes de escravizados que permaneceram na ilha após o fim do tráfico negreiro.
- | Situação atual: O território é compartilhado com a Marinha do Brasil, que mantém uma base militar na ilha. Isso gera conflitos territoriais com os quilombolas.

Quilombo Maria Romana

- | Localização: Município de Araruama (RJ), Região dos Lagos.
- | Contexto: Área quilombola reconhecida pela Fundação Palmares, localizada em zona rural próxima a antigas plantações de cana-de-açúcar.
- | Situação atual: A comunidade enfrenta problemas com água e saneamento, além de pressões de empresas ligadas ao agronegócio.

Quilombo Maria Joaquina

- | Localização: Entre os municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia (RJ), Região dos Lagos.
- | Contexto: Reconhecido como território quilombola tradicional, ligado a famílias remanescentes de trabalhadores da cana-de-açúcar.
- | Situação atual: Comunidade marcada por conflitos fundiários e pressões da especulação imobiliária e turística, comuns na Região dos Lagos.

Quilombo do Feital

- | **Localização:** Município de Magé
- | **Contexto:** era uma porta de entrada ilegal de escravos no Rio de Janeiro e um local de resistência. Funcionava como porto de embarque e desembarque de escravos após a proibição do tráfico negreiro a partir de 1831. Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 08 de novembro de 2018.
- | **Situação atual:** Atualmente, a comunidade enfrenta diversos desafios: Mobilidade (há uma única creche que obriga as crianças a se deslocarem até outras áreas para avançar nas etapas escolares); Aumento da criminalidade na região e baixa quantidade de peixes que tem迫使 os/as moradores/as a trabalhar na cidade do Rio de Janeiro. (Lourenço, 2023)

Das comunidades entrevistadas, apenas três constam nos dados do censo 2022 (IBGE-a 2022). São elas: Quilombo da Marambaia, Quilombo Maria Romana e Quilombo Maria Joaquina. Não foram encontradas no relatório informações sobre o Quilombo do Feital. O censo 2022 informou que foram coletadas informações de 93,2% das localidades quilombolas compreendendo que o universo das localidades é superior ao conjunto dos territórios delimitados na sua pesquisa e provavelmente o quilombo do Feital não foi incluído na pesquisa.

A título de informação apresenta-se aqui os dados populacionais dos quilombos visitados pela equipe do projeto e que são citados no censo 2022.

Segundo o censo 2022, no Quilombo da Marambaia foi declarada uma população residente com um total de 254 habitantes, sendo que 250 se declararam quilombolas. No Quilombo Maria Romana foi declarada uma população residente com um total de 83 habitantes, sendo que todos se declararam quilombolas. Já no Quilombo Maria Joaquina foi declarada uma população residente com um total de 273 habitantes, sendo que 173 se declararam quilombolas. Os valores são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Pessoas residentes em Território Quilombola

Quilombos	Total		Quilombola			
	Total	situação do domicílio	Total	situação do domicílio		
		urbana	rural		urbana	rural
Marambaia	254	6	248	250	6	244
Maria Romana	83	0	83	83	0	83
Maria Joaquina	273	273	0	173	173	0

Fonte: os autores a partir dos dados do censo 2022

Os relatos ouvidos apontam uma série de dificuldades relacionadas ao saneamento básico, que se manifestam de formas distintas em cada comunidade, mas com pontos em comum: falta de acesso regular à água potável, ausência de esgotamento sanitário adequado, poluição das fontes hídricas e impactos diretos na saúde e na qualidade de vida.

No caso do Quilombo Maria Romana e Quilombo Maria Joaquina, o abastecimento de água depende de poços artesianos que já secaram, obrigando muitas famílias a comprarem água ou depender de concessionárias privadas como a Prolagos, que cobram tarifas mesmo sem fornecimento constante. O esgotamento sanitário é precário, com fossas rudimentares que não garantem segurança sanitária. A contaminação das águas é atribuída principalmente às indústrias de cana-de-açúcar, como a Usina Agrisa, que poluem nascentes e rios. Essa situação compromete o uso doméstico e inviabiliza a produção agrícola das hortas comunitárias.

No Quilombo da Ilha da Marambaia, o abastecimento ainda se dá por meio de nascentes e cachoeiras, canalizadas por mangueiras até caixas d'água familiares. Apesar disso, a infraestrutura é custeada pela própria comunidade, que gasta valores significativos para garantir o mínimo de armazenamento e distribuição de água. O esgoto é destinado a sumidouros, mas, em áreas próximas ao mar, há risco de infiltração e contaminação do lençol freático. Algumas fontes tradicionais foram perdidas, tanto pelo avanço do mar quanto pela poluição, o que aumenta a preocupação com a sustentabilidade desse modelo no futuro.

Já no Quilombo do Feital, a água historicamente era obtida da Baía de Guanabara, das praias e dos manguezais. Hoje, esses recursos encontram-se em grande parte impróprios para uso, devido à intensa poluição da baía. A ausência de rede pública de esgoto agrava o problema, pois parte dos dejetos é lançada diretamente nos manguezais. Os moradores relatam que a poluição industrial e urbana provocou a redução drástica da fauna aquática, como caranguejos e peixes, e associam essa degradação à negligência do poder público, caracterizando a situação como racismo ambiental.

Em síntese, os relatos evidenciam que a precariedade no saneamento básico nos quilombos vai muito além da infraestrutura física: ela envolve também desigualdades sociais, pressões econômicas de concessionárias privadas, impactos ambientais de atividades industriais e agrícolas e a invisibilidade das comunidades perante o Estado. O quadro 3 apresenta uma síntese dos relatos de cada comunidade.

Quadro 3 – síntese dos problemas relatados pelos representantes dos Quilombos entrevistados

Quilombo	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Problemas de contaminação / poluição	Impactos relatados
Quilombo Maria Romana e Quilombo Maria Joaquina	Uso de poços artesianos; muitos secaram; alguns moradores precisam comprar água. Antigamente havia poço coletivo. Concessionária (Prolagos) fornece água paga, mas muitos estão endividados.	Muitas casas não têm fossas adequadas. Onde há, são rudimentares.	Água antes era de boa qualidade, mas hoje está contaminada, sobretudo por indústrias de cana-de-açúcar (Usina Agrisa) que poluem nascentes e rios.	Falta de água até para beber e tomar banho; famílias abandonaram hortas. Conflito entre dependência da indústria poluidora e necessidade de renda.
Quilombo da Ilha da Marambaia	Água vem de nascentes e cachoeiras, canalizada por mangueiras até caixas d'água. Cada praia da ilha tem uma fonte.	Esgoto feito em sumidouros; em áreas próximas à praia, dejetos infiltram no solo e chegam ao lençol freático e ao mar.	Algumas fontes tradicionais foram perdidas por contaminação e avanço do mar. Risco de poluição das águas por falta de tratamento.	Comunidade gasta em infraestrutura própria (R\$ 800–1.000 por família em caixa d'água e encanamento). Problemas de saúde e degradação ambiental relatados.

Quilombo	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Problemas de contaminação / poluição	Impactos relatados
Quilombo do Feital	Água historicamente usada da Baía de Guanabara, praias e manguezais; hoje em parte imprópria, mas comunidade ainda utiliza.	Não há rede de esgoto estruturada. Parte do esgoto chega aos manguezais e praias.	Forte impacto da poluição da Baía de Guanabara e do manguezal: diminuição de caranguejos, peixes e qualidade da água.	Relatos de racismo ambiental: território sofre mais com poluição industrial e falta de políticas públicas. Água poluída compromete alimentação, pesca e saúde.

Fonte: os autores

A análise dos relatos evidencia que os quilombos enfrentam graves limitações estruturais em relação ao saneamento básico, agravadas por processos históricos de exclusão e pela falta de políticas públicas específicas. Apesar das diferenças locais, há elementos em comum:

- Acesso precário à água (escassez em alguns territórios, poluição em outros);
- Esgotamento sanitário inadequado (fossas rudimentares ou inexistentes, lançamentos em áreas naturais);
- Poluição de fontes hídricas provocada por indústrias, monocultivos e ausência de fiscalização;
- Impactos sociais e de saúde (doenças, endividamento, abandono de práticas agrícolas e pesqueiras).

Esses aspectos reforçam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas ao saneamento básico em comunidades quilombolas, que respeitem suas especificidades culturais, reconheçam seus saberes tradicionais e garantam efetivamente o direito humano à água e ao saneamento.

ODS 6.2: ENTRE A UNIVERSALIZAÇÃO E A EQUIDADE

Percebe-se que, o ODS 6.2, objetiva o acesso equitativo ao saneamento básico e não se limita à provisão de infraestrutura. A realização desse objetivo, exige o enfrentamento de desigualdades históricas e territoriais. Aplicado às comunidades quilombolas, o objetivo deve considerar:

- A adequação cultural das soluções de saneamento;
- A participação comunitária no planejamento e execução dos projetos;
- A autonomia territorial como fator de sustentabilidade das intervenções.

Essas práticas tendem a reafirmar os quilombolas como “coletividades verdes”, ou seja, grupos sociais que mantêm uma relação ecológica com a natureza e resistem às imposições de modelos desenvolvimentistas, propondo alternativas de convivência e uso sustentável dos recursos (PENNA-FIRME e BRONDÍZIO, 2017).

Estudos sobre indicadores locais de sustentabilidade em comunidades tradicionais, como os realizados na Bocaina com quilombolas e caíçaras, demonstram a importância de integrar práticas culturais e saberes tradicionais às políticas públicas de desenvolvimento. Neste estudo, a metodologia foi: fazer a adequação das metas nacionais ao território da Bocaina; fazer uma pesquisa qualitativa junto à comunidade quilombola; realizar levantamento de dados secundários (dados públicos em bases municipais, estaduais, federais, de companhias prestadoras de serviços (de água e energia elétrica), de órgãos gestores de unidades de conservação e de organizações da sociedade civil, contendo registros regulares) e por fim, uma proposta de indicadores locais. (VAITSMAN *et al*, 2023).

POLÍTICAS PÚBLICAS, DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E INDICADORES LOCAIS

Apesar de programas como o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e o Programa Nacional de Saneamento Rural, os mecanismos de acesso por parte das comunidades quilombolas são limitados. Faltam diagnósticos específicos, recursos descentralizados e estratégias interministeriais que combinem saúde, infraestrutura, meio ambiente e direitos humanos.

O próprio censo 2022 reconheceu as limitações das pesquisas domiciliares, dizendo que nem todos os aspectos presentes na classificação do Plansab podem ser alvo de investigação no questionário censitário.

Além disso, a titulação fundiária, ainda incompleta na grande maioria das comunidades quilombolas (3.854 certificadas de 7.666 comunidades registradas), dificulta o acesso a políticas públicas, já que muitos programas exigem documentação formal de propriedade ou posse coletiva. Para que o ODS 6.2 se traduza em avanços reais para as comunidades quilombolas, é necessário:

- | Reconhecer o racismo ambiental como componente estrutural das desigualdades de acesso;
- | Fomentar tecnologias sociais apropriadas, como fossas sépticas ecológicas e sistemas de captação de água da chuva;
- | Criar mecanismos de governança participativa, com presença quilombola nos conselhos locais de saneamento;
- | Investir em formação técnica e liderança local;

- | Valorizar indicadores de sustentabilidade locais, como os propostos em VAITSMAN *et al* (2023).

Na visão dos autores desse presente trabalho, tendo em vista as informações colhidas nas entrevistas e a dificuldade do censo em realizar os aspectos presentes na classificação do Plansab, os indicadores locais são o caminho para valorizar cada quilombo com suas especificidades e problemas. Conhecendo cada realidade, as três esferas do poder poderiam adequar seus investimentos para a infraestrutura dessas comunidades.

Para a análise indicadores de sustentabilidade, na visão proposta nesse artigo, o estudo deve ser realizado nas seguintes etapas:

- | Levantamento e Diagnóstico: Realizar visitas de campo para coletar dados sobre a infraestrutura existente e as condições sanitárias das comunidades;
- | Entrevistas e Questionários: Aplicar questionários e entrevistas com os moradores para entender suas necessidades e percepções;
- | Análise de Dados: Analisar os dados coletados para identificar padrões e áreas críticas que necessitam de intervenção;
- | Proposição de Soluções: Desenvolver propostas de soluções baseadas nas evidências coletadas e nas melhores práticas de saneamento;
- | Implementação e Monitoramento: Implementar as soluções propostas e monitorar os resultados para garantir a eficácia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O saneamento básico é um direito fundamental que deve ser garantido a todas as comunidades, inclusive as comunidades quilombolas. Através de estudos e análises detalhadas, é possível identificar os principais problemas enfrentados e desenvolver soluções práticas e sustentáveis que possam melhorar significativamente a qualidade de vida desses habitantes. É imperativo que o governo e as organizações não governamentais trabalhem em conjunto com as comunidades quilombolas para garantir que essas soluções sejam implementadas de forma eficaz e contínua.

A aplicação do ODS 6.2, nas comunidades quilombolas do Brasil, não pode ser meramente técnica ou instrumental. Ela exige um compromisso ético com a justiça social, a reparação histórica e a valorização dos saberes ancestrais afro-brasileiros. O saneamento básico, nesse contexto, é uma porta de entrada para a cidadania plena, a saúde coletiva e a dignidade humana. A resiliência e a agência das “coletividades verdes” quilombolas devem ser vistas como aliadas centrais na construção de um futuro verdadeiramente sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALMA PRETA. *Fundação Cultural Palmares certificou apenas cinco quilombos em 2020*. Alma Preta Jornalismo, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/politica/fundacao-cultural-palmares-certificou-apenas-cinco-quilombos-em-2020/>. Acesso em: 2 out. 2025.
- ANDRADE, A. M.; FARIA, D. C. M. L.; FRANCA, F. M. S.; RIBEIRO, F. R.; OLIVEIRA, M. F. B; MATOS, M. A. *Caracterização da saúde e saneamento de uma comunidade quilombola no entorno da capital do brasil: um scoping review*. Revista Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 501-517, jun. 2022. Em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E233>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- BRITTO, V. Censo 2022: Brasil possui 8.441 localidades quilombolas, 24% delas no Maranhão. *Agência de Notícias — IBGE*, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao>. Acesso em: 02 out. 2025.
- FIRPO, M. 2018, M.A. *Comunidade Quilombola de Alcântara continua luta contra o Centro de Lançamento e pelo seu direito de ficar na terra*. Em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidade-quilombola-de-alcantara-continua-luta-contra-o-centro-de-lancamento-e-pelo-seu-direito-de-ficar-na-terra/>. Acesso em: 15 mar. 2025
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Ministério da Cultura e Palmares celebram novas certificações a comunidades quilombolas*. Brasília: Fundação Palmares, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-cultura-e-palmares-celebram-novas-certificacoes-a-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 2 jun. 2025.
- FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. *Partnership of the Brazil Human Rights Fund and CONAQ*. São Paulo: Fundo Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/en/our-work/supporting-civil-society/conaq-quilombos/partnership-of-the-brazil-human-rights-fund-and-conaq/>. Acesso em: 2 set. 2025.
- IBGE-a – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: quilombolas – pessoas e domicílios, por situação urbana ou rural*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3112/cd_2022_quilombolas_domiciliros_urbana_rural.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.
- IBGE-b – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico - Tabelas complementares sobre distribuição e captação e água em comunidades quilombolas*. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=43246&t=resultados>. Acesso em: 25 set. 2025

LOSCHI, M. Censo 2022: 94,6% dos quilombolas em áreas rurais convivem com precariedades no saneamento básico. Agência de Notícias — IBGE, 09 maio 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43313-censo-2022-94-6-dos-quilombolas-em-areas-rurais-convivem-com-precariedades-no-saneamento-basico>. Acesso em: 20 set. 2025.

LOURENÇO, V. Feital- RJ. Verbete, 2023. Disponível em: <https://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/rj/feital/1151/>. Acesso em

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NACÕES UNIDADES. *ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: Água potável e saneamento*. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>. Acesso em: 24 fev. 2025

PENNA-FIRME, R.; BRONDÍZIO, E.S. *Quilombolas como “coletividades verdes”: contestando e incorporando o ambientalismo na Mata Atlântica, Brasil. Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 141–162, abr.-jun. 2017. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC270R2V2022017>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SCALIZE, P. S.; SOUSA, G. R. DE; BEZERRA, R. A. Saneamento ambiental em comunidades quilombolas: um estudo de revisão. In: 30º Congresso ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2019, Natal, RN. Em <https://saneamentobasico.com.br/wp-content/uploads/2020/03/XII-047.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

VAITSMAN, J.; DUARTE, N.S.; LOBATO, L.V; PAES-SOUZA, R. *Práticas tradicionais e desenvolvimento sustentável: indicadores locais de sustentabilidade entre caiçaras e quilombolas da Bocaina. Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v.26, e0209, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210169r1vu2023L1AO>. Acesso em: 20 abr. 2025.



CAPÍTULO 6

QUILOMBO DA ILHA DA MARAMBAIA

Natan Barbosa Juvenal dos Santos

Quilombo da Ilha de Marambaia

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0000-8826-5457>

Lara Miranda Campbell

Quilombo da Ilha de Marambaia

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0009-7950-2188>

RESUMO: O texto aborda a realização do projeto Refloresta Nascente que objetivava ser um marco no tocante à captação e à distribuição de água de modo eficiente no quilombo da Ilha da Marambaia. Seria um pontapé para se discutir a necessidade de se reflorestar as áreas próximas às nascentes, a partir do diálogo e parcerias com institutos ambientais, movimentos sociais, moradores e pesquisadores. O objetivo final do projeto visa mapear, tratar e reflorestar áreas desmatadas e nascentes da Ilha, promovendo a revitalização dos recursos hídricos e garantindo o abastecimento sustentável. Nesse sentido, o que foi feito até o momento é a Oficina Refloresta Nascente e o mutirão para instalação de duas caixas d’água em uma das nascentes da comunidade, resultados que apresentamos no presente texto.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombo da ilha da marambaia; arquimar; projeto refloresta nascentes.

QUILOMBO OF MARAMBAIA ISLAND

ABSTRACT: This text discusses the implementation of the Refloresta Nascente project, which aimed to be a milestone in the efficient collection and distribution of water in the quilombo of Ilha da Marambaia. It would serve as a starting point for discussing the need to reforest areas near springs, based on dialogue and partnerships with environmental institutes, social movements, residents, and researchers. The project's ultimate goal is to map, treat, and reforest deforested areas and springs on the

island, promoting the revitalization of water resources and ensuring a sustainable supply. To this end, the Refloresta Nascente Workshop and the joint effort to install two water tanks at one of the community's springs have been implemented to date, the results of which are presented in this text.

KEYWORDS: MARAMBAIA ISLAND QUILOMBO; ARQUIMAR; SPRINGS REFORESTATION PROJECT.

QUEM SOMOS?

Figura 1 – Bandeira da ARQIMAR



QUILOMBO DA ILHA DA MARAMBAIA

Fonte: Natan Barbosa, 2025.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO QUILOMBO DA ILHA DA MARAMBAIA

A Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia, localizada em Itacuruçá, no litoral da Costa Verde, Mangaratiba (RJ), é marcada por uma trajetória de resistência, ancestralidade e profunda conexão com o território. Segundo os relatos reunidos

no documento Memórias da Ilha da Marambaia, a história da comunidade remonta ao período posterior a proibição do tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil, quando descendentes de africanos escravizados permaneceram na ilha e construíram suas vidas a partir da terra, da pesca e da cultura oral.

A memória coletiva preservada pelos moradores aponta que os quilombolas da Marambaia descendem de uma mulher africana chamada Camila, figura central na narrativa identitária da comunidade. Essa ancestralidade é transmitida por meio de práticas culturais, festas, cantos e saberes que resistem ao tempo e às tentativas de apagamento.

Segundo a publicação *Memórias da Ilha da Marambaia: tradições orais da cultura afro-brasileira*, publicada em 2015, o tráfico de africanos escravizados na região da Marambaia é documentado desde as primeiras décadas do século XIX. No entanto, a atividade teria aumentado substancialmente no Brasil a partir da Lei de 7 de novembro de 1831.

De acordo com Pereira et al. (2015), a região da Marambaia, distante do centro do Rio de Janeiro, mas próxima às fazendas de café do Vale do Paraíba, tornou-se um local estratégico para o tráfico ilegal. Foi nesse contexto que Joaquim José de Souza Breves (1804-1889), conhecido como o “Rei do Café” no Brasil Imperial, se tornou um dos homens mais ricos do território brasileiro. Sua carreira política teve início em 15 de agosto de 1830, quando recebeu do imperador D. Pedro I o título de comendador da Ordem da Rosa, em reconhecimento à sua “fidelidade ao monarca”. Esse título proporcionou a Breves um local para recebimento das pessoas escravizadas advindas do continente africano, “engordá-los” e depois enviá-los para suas fazendas no Vale do Paraíba e arredores, ou vendê-los a outros fazendeiros da região (Pereira et al., 2015).

Ainda de acordo com a publicação supracitada, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, reforçou-se as medidas de repressão ao tráfico de africanos para o Brasil, o que enfraqueceu a rede de tráfico articulada por Breves, que à época já era um famoso traficante de pessoas africanas escravizadas. Como resultado, a Marambaia perdeu importância para a família Breves e foi gradualmente abandonada. De acordo com o texto em análise, supõe-se que, após o fim do tráfico de escravos, a propriedade já não tinha mais uma finalidade específica, o que explica o abandono do local nas últimas décadas do século XIX.

Segundo o jurista Matheus de Oliveira Nascimento, após a abolição da escravidão, em 1888, a família Breves abandonou a ilha, deixando-a para os antigos escravizados que ali residiam. A comunidade se organizou em torno da pesca e da agricultura de subsistência, vivendo em posse pacífica do território. A terra foi posteriormente transferida para a União, que a adquiriu em 1905.

Em 1931, foi fundada a Colônia de Pescadores e, em 1941, a Escola de Pesca Darcy Vargas. Embora tenha trazido infraestrutura e oportunidades, a escola impôs uma tutela estatal aos pescadores, buscando transformá-los em “proletários do mar” (Nascimento, 2025).

O conflito se acirrou em 1971, durante a ditadura militar, quando a ilha foi transferida para o Ministério da Marinha, que instalou no local o Centro de Recrutas do Corpo de Fuzileiros Navais (CRCFN). A Marinha iniciou então um processo de expulsão dos habitantes da ilha, aplicando restrições de circulação, proibindo reformas e novas construções, e reprimindo manifestações culturais. As violações se agudizaram, com casos de violência e humilhação, e a instituição militar utilizou ações possessórias para criminalizar os moradores como invasores (Nascimento, 2025).

Ao longo das décadas, os moradores enfrentaram diversas formas de pressão institucional, especialmente com a presença da Marinha na Ilha, que restringia o acesso ao território e impunha limites à autonomia da comunidade. Em resposta a essas tensões, conforme consta no Mapa de Conflitos – Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, no dia 19 janeiro de 2003, foi fundada a Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR) que teve como primeiro presidente o sr. Dinonato de Lima Eugênio, dando início a organização da instituição, criada como instrumento de organização, representação e defesa dos direitos quilombolas.

A ARQIMAR fortaleceu a articulação interna dos moradores, promoveu o diálogo com instituições externas e passou a atuar na reivindicação de políticas públicas, na proteção ambiental e na valorização da cultura quilombola. Tornou-se uma voz legítima da comunidade, reconhecida em espaços institucionais e jurídicos.

A luta pelo reconhecimento oficial do território culminou em uma das maiores vitórias da comunidade: a titulação da Ilha da Marambaia como território quilombola, tornando-se um dos poucos casos no estado do Rio de Janeiro com esse reconhecimento formal. Esse processo foi resultado de anos de mobilização, denúncias, articulações com órgãos públicos e apoio de instituições parceiras.

Outro marco importante foi a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado no dia 27 de novembro de 2014. O TAC foi resultado de um processo de conciliação iniciado em 2002, com o objetivo de resolver conflitos fundiários entre a comunidade quilombola e a Marinha, que ocupa parte da ilha para atividades militares. Firmado entre Comunidade, Ministério Público Federal, União e Marinha, o TAC teve como objetivo garantir os direitos territoriais e culturais da comunidade. Ele estabeleceu compromissos legais para assegurar à permanência dos moradores, o respeito à sua organização social e à proteção das práticas tradicionais, como a pesca artesanal e o uso coletivo da terra.

Contudo, de outro lado, segundo Nascimento (2015) ao estabelecer a delimitação das áreas quilombolas e militares, se institucionalizou o controle militar e a fragmentação do território, não garantindo a totalidade dos direitos da comunidade. Nessa perspectiva, o documento não solucionou os problemas de violação de direitos, mas passou a ser utilizado pelo poder público para argumentar que a questão estaria resolvida.

1. ÁGUA

Como já mencionado, a Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia, representa um dos poucos territórios quilombolas oficialmente titulados no estado do Rio de Janeiro. Apesar desse reconhecimento, os moradores enfrentam há décadas a ausência de políticas públicas efetivas e o acesso precário a serviços essenciais, especialmente, no que diz respeito ao abastecimento de água.

O abastecimento de água na comunidade depende exclusivamente de fontes naturais presentes no território, como nascentes e córregos. A água é captada diretamente da pedra da cachoeira por meio de mangueiras de borracha, sistema conhecido localmente como “sistema macarrão”. Essa prática é comum entre as famílias quilombolas, enquanto apenas a área ocupada pela Marinha possui infraestrutura de água encanada.

O principal critério adotado pela comunidade para o consumo da água é captar acima do nível das habitações, no intuito de evitar contaminações. No entanto, não há laudos técnicos que atestem a potabilidade da água, o que também por sua vez nunca gerou insegurança na comunidade quanto à sua qualidade para o consumo humano. Contudo, existe uma variação na qualidade da água doce entre as localidades (praias) da comunidade. Em algumas dessas localidades existe uma desconfiança sobre a efetiva potabilidade da água, a partir das constatações da qualidade da nascente e do aspecto visual da água.

Nesse sentido, destaca-se que a água, para uso doméstico e consumo humano, é utilizada em estado bruto, sem tratamento. A captação e distribuição são realizadas pelos próprios moradores, sem apoio de empresas públicas ou privadas ou cobrança de tarifas. A água é armazenada em caixas d’água individuais, ou compartilhadas e sua gestão depende da organização interna dos moradores de cada praia da comunidade.

Essa forma de captação e distribuição de água, embora baseada em saberes tradicionais e também na solidariedade entre os moradores, acabou por deixar as famílias quilombolas da Marambaia vulneráveis às variações climáticas, como o assoreamento e o pouco armazenamento de água. Em especial, durante os períodos de seca e alta temporada, quando a ilha recebe mais visitantes, a escassez de água se intensifica, tornando-se uma constante na vida dos moradores da comunidade.

A degradação histórica da área de morro, marcada por antigas plantações de café e cana-de-açúcar na época da Fazenda do Comendador Breves, somada às queimadas sazonais, contribuiu para a percepção da diminuição significativa do fluxo de água doce ao longo dos anos, sendo uma sensação partilhada pelas diferentes gerações de moradores locais.

Contudo, ressalte-se que apesar das dificuldades encontradas no dia a dia, a presença de diversas fontes de água é fundamental para a permanência da comunidade quilombola no território, assim como para a preservação de práticas tradicionais como o plantio e a pesca, por exemplo.

2. O PROJETO REFLORESTA NASCENTE

Como mencionado, existe uma dicotomia: de um lado, a relação com a água é marcada por um profundo respeito à natureza e aos valores culturais e, de outro, existe uma precariedade no acesso à água, a partir do enfrentamento sistemático de uma efetiva diminuição no fluxo das nascentes.

Atualmente, algumas medidas sustentáveis têm sido articuladas através de projetos pensados pelos próprios moradores em razão da problemática do uso dos bens hídricos. Com isso surge o projeto piloto “Refloresta nascentes”, o qual passamos apresentar.

No início, a realização desse projeto objetivava ser um marco no tocante à captação e à distribuição de água de modo eficiente na comunidade. Seria um pontapé para se discutir a necessidade de se reflorestar as áreas próximas às nascentes, a partir do diálogo e parcerias com institutos ambientais, movimentos sociais, moradores e pesquisadores.

O objetivo final do projeto visa mapear, tratar e reflorestar áreas desmatadas e nascentes da Ilha, promovendo a revitalização dos recursos hídricos e garantindo o abastecimento sustentável. Nesse sentido, o que foi feito até o momento é a Oficina Refloresta Nascente e o mutirão para instalação de duas caixas d’água em uma das nascentes da comunidade - o que foi possível graças aos recursos adquirido através do Edital Ativa Comunidade da Política Nacional Aldir Blanc. Frise-se porém que, a partir da Diretoria de Projetos do ARQIMAR, está sendo articulada a possibilidade de continuidade do projeto.

A Oficina Refloresta Nascente foi realizada em maio de 2025, na Praia da Pescaria Velha no Quilombo da Ilha da Marambaia, reunindo diversas instituições e técnicos do setor de recursos hídricos para uma roda de conversa e um planejamento visando contribuir na construção de um projeto mais amplo em todo território.

Assim, a partir de um diálogo entre a comunidade local, técnicos e profissionais da área ambiental e universidade pública se concretizou uma troca de saberes tradicionais e científicos. Nesse sentido, buscou-se soluções viáveis para revitalização da nascente da água na comunidade, possibilitando que a equipe do projeto se debruçasse sobre as contribuições de todos na construção de uma proposta mais substancial de ação.

Anteriormente à oficina, foi realizado um mutirão em conjunto com os moradores da Praia Pescaria Velha, para instalação de duas caixas d'água para melhor captação e armazenamento de água, para servir como uma espécie de protótipo a ser replicado nas demais nascentes da ilha.

O projeto Refloresta Nascentes também atua na redução dos impactos sociais causados pela negligência estatal. Ao promover o reflorestamento e a proteção das nascentes, contribui para a segurança hídrica da comunidade, melhora as condições sanitárias e fortalece a autonomia territorial. Mais do que uma ação ambiental, o projeto é um gesto de resistência, cuidado e afirmação cultural.

Sabe-se hoje que a relação da comunidade com a água é profundamente simbólica: "água não é mercadoria, e o que vem da terra é de todos". Essa perspectiva orienta não apenas o uso dos recursos naturais, mas também a construção de um futuro onde o direito à água seja garantido com respeito à cultura quilombola e à justiça socioambiental.

Figura 2 – Natan Barbosa Líder comunitário e coordenador do projeto refloresta nascentes ao lado do reservatório que capta água da nascente.



Fonte: Lara Miranda Campbell – 2025

3. SANEAMENTO

Na Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia, não há saneamento básico nos moldes urbanos, como redes de esgoto conectadas a sistemas públicos de coleta e tratamento. Essa ausência histórica de políticas públicas voltadas para infraestrutura sanitária obrigou os moradores a desenvolver alternativas sustentáveis e comunitárias para lidar com os resíduos domésticos, em um esforço contínuo de adaptação e cuidado com o território.

A diversidade de soluções adotadas — que inclui biodigestores, fossas ecológicas e sistemas de evapotranspiração como a “fossa de bananeira” — reflete tanto a criatividade e o conhecimento tradicional da comunidade quanto a desigualdade de acesso à recursos, assistência técnica e financiamento. Em alguns casos, ainda persistem práticas inadequadas, como sumidouros ou descarte direto na natureza, evidenciando os riscos ambientais e sanitários que decorrem da negligência estatal.

A ausência de saneamento básico na Marambaia não é apenas uma questão técnica: é um reflexo da invisibilidade histórica das comunidades quilombolas nas políticas públicas. A luta por infraestrutura sanitária adequada é, portanto, também uma luta por reconhecimento, dignidade e justiça socioambiental. Trata-se de garantir não apenas o direito à saúde, mas o direito à permanência no território, à cultura e à autonomia.

As soluções desenvolvidas pela própria comunidade apontam que é possível construir modelos de saneamento sustentáveis e culturalmente apropriados, desde que haja apoio técnico, financiamento público e respeito às especificidades locais. O exemplo do Quilombo da Marambaia revela que o saneamento não só pode como deve ser pensado não apenas como obra de engenharia, mas como prática de cuidado com o território e com os comunitários.

3.1 Sistemas de Tratamento de Esgoto

A comunidade utiliza diferentes sistemas de tratamento, dependendo da época da construção das moradias e das condições locais:

- I Biodigestores: São obrigatórios para todas as novas construções. Esse sistema transforma resíduos orgânicos em gás e fertilizantes, oferecendo uma solução ecológica e eficiente para o tratamento de esgoto, embora a comunidade utilize ainda apenas como uma forma de tratar o esgoto produzido.
- I Saneamento ecológico: Algumas casas mais antigas adotam tecnologias sociais voltadas para o reaproveitamento e tratamento natural dos resíduos, como fossas sépticas com filtros biológicos e sistemas de evapotranspiração como fossa de bananeira.

- I Sistemas convencionais e inadequados: Em certos casos, ainda é possível encontrar sumidouros e até descarte direto na natureza, o que representa um risco ambiental e sanitário para a comunidade e para o ecossistema local.

Como já mencionado, essa diversidade de soluções reflete tanto a criatividade quanto à desigualdade de acesso à recursos e assistência técnica, evidenciando a necessidade de apoio público para a universalização de sistemas sustentáveis.

Apesar das limitações estruturais no saneamento básico, a Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia conta com um serviço de coleta de lixo realizado semanalmente pela prefeitura de Mangaratiba. Esse serviço opera em condições bastante particulares, adaptadas à geografia e às dinâmicas sociais da ilha.

A coleta é feita por meio de *táxis boat*, embarcações que transportam os resíduos até o continente. O processo envolve a atuação direta de moradores da comunidade, que prestam serviço à administração municipal e assumem a responsabilidade pela coleta e acondicionamento dos resíduos sólidos nas praias. Essa participação ativa das famílias da Ilha reforça o protagonismo comunitário na gestão ambiental e valoriza o trabalho local como parte da construção de um território saudável e sustentável. Contudo, há de se destacar que não é realizada a coleta seletiva dos resíduos, isto é, a Prefeitura de Mangaratiba não faz a reciclagem dos resíduos gerados na comunidade.

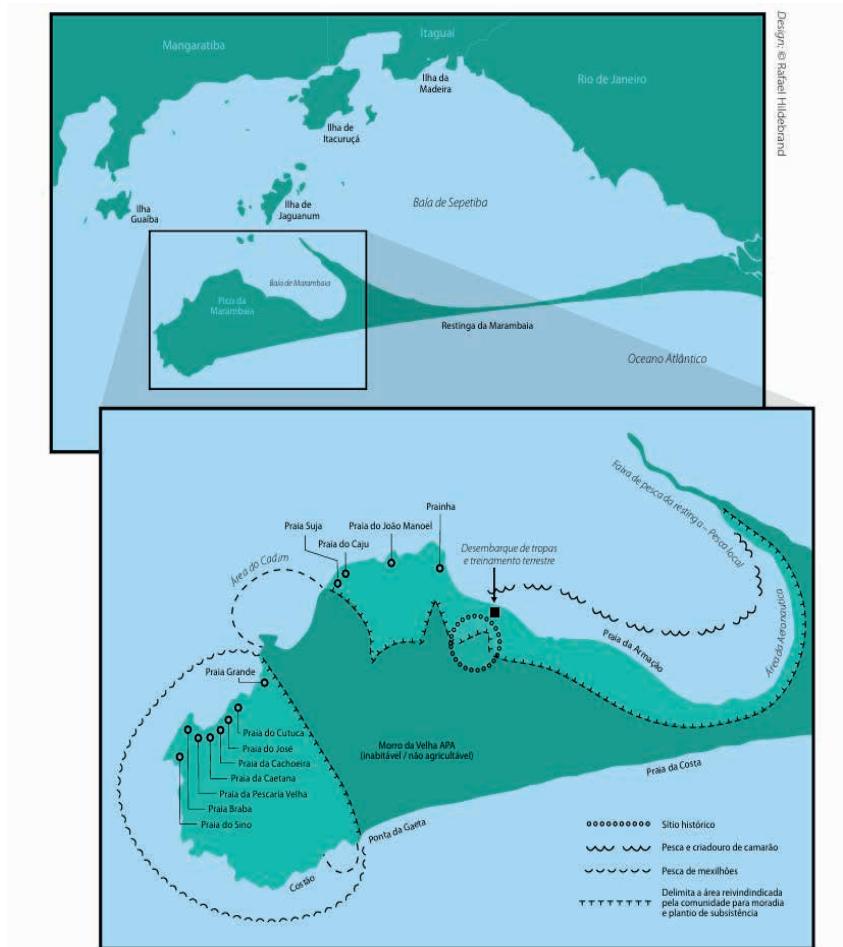
Além disso, esse modelo de coleta enfrenta desafios logísticos significativos. A regularidade do serviço depende diretamente das condições climáticas e marítimas – chuvas intensas, maré alta ou ventos fortes podem impedir a navegação, atrasando ou inviabilizando a coleta. Em períodos críticos, como o verão ou em semanas de ressaca, o acúmulo de lixo pode comprometer a saúde pública e a qualidade ambiental dentro do Quilombo.

Ademais, é de suma importância frisar que a localização geográfica da Marambaia, voltada para a Baía de Sepetiba, faz com que a comunidade receba grandes quantidades de lixo flutuante, trazido pelas correntes marítimas e pelos rios que desaguam na região. Esse lixo, muitas vezes composto por plásticos, embalagens e resíduos urbanos, não é gerado pela comunidade, mas acaba se acumulando nas praias e manguezais da ilha.

Diante desse cenário, os moradores organizam mutirões de limpeza ambiental, muitas vezes em parceria com projetos socioambientais, instituições acadêmicas e voluntários. Essas ações têm como objetivo não apenas a remoção dos resíduos, mas também a educação ambiental, o fortalecimento do senso de pertencimento e a valorização do território quilombola. A gestão dos resíduos sólidos na Marambaia, portanto, revela uma realidade complexa: por um lado, a comunidade demonstra capacidade de organização, cuidado com o meio ambiente e soluções criativas;

por outro, a ausência de políticas públicas estruturantes e o descaso com territórios tradicionais impõem limites à sustentabilidade e à justiça ambiental. É urgente que o poder público reconheça essas especificidades e invista em modelos de coleta adaptados, com infraestrutura adequada, apoio técnico e valorização da mão de obra local. A experiência da Marambaia mostra que, quando há diálogo entre comunidade e instituições do poder público, é possível construir caminhos mais justos e eficazes para a gestão dos resíduos de forma a respeitar a especificidade do território, a cultura e a autonomia quilombola.

Figura 3: Mapa retirado do livro Memórias da Ilha da Marambaia (2015)



Fonte: Memórias da Ilha da Marambaia. Pereira et al. 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivida na Ilha da Marambaia reforça que água e saneamento não são apenas questões técnicas ou de infraestrutura — são expressões de dignidade, pertencimento e resistência. A Comunidade Quilombola da Marambaia, com sua história marcada por ancestralidade e luta, nos ensina que o cuidado com o território é também cuidado com a vida.

Nesse sentido, se afirma que os territórios tradicionais e ancestrais necessitam da construção de políticas públicas voltadas para os recursos hídricos, que sejam pautadas na gestão comunitária desse bem natural, articulando saberes tradicionais, científicos e técnicos e as especificidades de cada comunidade, assim como não é possível se desobrigar os entes públicos à prestação dos serviços essenciais nesses territórios.

O projeto Refloresta Nascentes surge como uma estratégia concreta de reconstrução da gestão do território, especificamente dos recursos hídricos, objetivando a melhoria da qualidade de vida na ilha e o desenvolvimento da prática sustentável, de forma a articular saberes tradicionais e científicos em prol da sustentabilidade. A oficina e o mutirão realizados demonstraram que soluções comunitárias, quando respeitam os modos de vida local, têm o poder de transformar realidades e fortalecer vínculos.

Por fim, cumpre salientar que ainda que o reconhecimento oficial do território quilombola represente uma conquista histórica, os desafios persistem, especialmente no acesso à água potável, ao saneamento básico e às políticas públicas que garantam condições dignas de vida. É urgente que essas demandas sejam atendidas com respeito à autonomia e à cultura da comunidade.

Este artigo é, acima de tudo, um convite à escuta e à valorização dos saberes ancestrais. Que ele possa inspirar novas ações, parcerias e políticas que reconheçam o protagonismo das comunidades quilombolas na construção de um futuro mais justo, sustentável e enraizado na memória.

REFERÊNCIAS

FIOCRUZ. Comunidade Quilombola da Ilha de Marambaia é pressionada pela Marinha, grupos acadêmicos e parte da imprensa com argumentos ambientalistas e preconceitos para sair de seu território, marco histórico do fim da escravidão no Estado. In: Mapa de Conflitos – Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 6 out. 2009.

Pereira, A., Silva, L., Lima, S., Neves, B. Memórias da Ilha da Marambaia: tradições orais da cultura afro-brasileira. Org: Amilcar Araújo Pereira, Luciana Santos da Silva, Thayara Cristine Silva de Lima e Hudson Batista das Neves. – Rio de Janeiro: Fundação Vale, 2015.

Nascimento, Matheus de Oliveira. Assessoria Jurídica Popular no Território Quilombola da Ilha da Marambaia: Direito Insurgente, Antirracista, Contracolonialismo e Litígio Internacional Estratégico. Rio de Janeiro, 2025.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não seria possível sem a generosidade, a força e o saber ancestral da Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia. Agradecemos profundamente a todos os moradores que resistem e contribuem para a permanência e dignidade da comunidade, compartilharam suas histórias de pai pra filho e nos permitiram aprender com suas vivências e resistências. Nossa reconhecimento especial vai às lideranças que, ao longo dos anos, mantêm viva a memória, a luta e a organização comunitária por meio da ARQIMAR - Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia. Em especial, agradecemos a: Dinonato de Lima Eugênio, primeiro presidente da ARQIMAR, cuja trajetória inspira e fortalece a organização quilombola; Vânia Guerra, Paulo Fernando dos Santos, Nilton Alves e Fábio Alves Marçal, por sua atuação firme e comprometida na defesa dos direitos da comunidade e na preservação dos saberes tradicionais; a toda a comunidade da Marambaia, que com coragem e sabedoria constrói diariamente um território de dignidade, cultura e sustentabilidade;

Aos parceiros do projeto: Associação de Pescadores e Maricultoras da Ilha da Marambaia - APMIM, Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT, Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Vale e o parceiro Roberto de Oliveira. Agradecemos a todos aqueles que se empenham na valorização da história quilombola no estado do Rio de Janeiro e em todo território nacional, bem como àqueles que se dedicam ao fortalecimento coletivo dos territórios quilombolas; Por fim, agradecemos ao projeto de extensão Atitudes Sustentáveis, coordenado pelo professor Anderson Moraes, pelo convite e pela oportunidade de realizar este trabalho. A parceria entre universidade pública e comunidade é um passo fundamental na construção de caminhos coletivos e transformadores.



CAPÍTULO 7

ESTUDOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS METODOLÓGICOS

Anderson Moraes de Castro e Silva
HARPIA – UERJ
Rio de Janeiro – RJ
<https://orcid.org/0000-0002-5668-0354>

Rosana da Paz Ferreira
LEMA – UERJ
Rio de Janeiro – RJ
<https://orcid.org/0000-0002-7162-0026>

RESUMO: A elaboração de questionários é uma etapa fundamental em pesquisas estatísticas, influenciando diretamente a qualidade e a confiabilidade dos dados coletados. Este artigo aborda os principais aspectos envolvidos na construção de questionários eficazes, desde a definição dos objetivos da pesquisa até a análise dos dados obtidos. São discutidos os tipos de perguntas, a estruturação do questionário, a importância de testes piloto e as possíveis implicações dos resultados. O objetivo é fornecer um guia prático para pesquisadores que buscam aprimorar suas habilidades na criação de instrumentos de coleta de dados.

PALAVRAS-CHAVE: Elaboração de questionários, Pesquisa estatística, Coleta de dados, Validação de instrumentos, Análise de dados.

STUDIES IN TRADITIONAL COMMUNITIES: METHODOLOGICAL CHALLENGES

ABSTRACT: The development of questionnaires is a crucial step in statistical research, directly influencing the quality and reliability of collected data. This article addresses the main aspects involved in constructing effective questionnaires, from defining research objectives to analyzing obtained data. It discusses types of questions, questionnaire structuring, the importance of pilot testing, and potential implications of the results. The aim is to provide a practical guide for researchers seeking to enhance their skills in creating data collection instruments.

KEYWORDS: Questionnaire development, Statistical research, Data collection, Instrument validation, Data analysis.

INTRODUÇÃO

Questionários são instrumentos amplamente utilizados para a coleta de dados em diversas áreas do conhecimento, especialmente em pesquisas que envolvem grandes amostras. A eficácia de um questionário depende de sua capacidade de obter informações precisas e relevantes, alinhadas aos objetivos da pesquisa. Uma construção inadequada pode levar a dados inconsistentes ou viesados, comprometendo a validade dos resultados. Assim, compreender os princípios e as técnicas de elaboração de questionários é essencial para a condução de pesquisas de qualidade. No entanto, saber elaborar um questionário embora seja requisito necessário para realização de uma boa coleta de dados não garante o sucesso da pesquisa. Portanto, a feitura do questionário é um requisito necessário, mas não suficiente para o sucesso do estudo. Essa relação de causalidade será abordada no contexto da experiência que originou o presente livro, a partir das vivências partilhadas no âmbito do projeto de extensão *Atitudes Sustentáveis nos Quilombos*, desenvolvido no laboratório Harpia- Empreendedorismo, PI e Patrimônio Cultural da Faculdade de Ciências Exatas e Engenharias (UERJ-ZO). Na primeira parte do texto, a ênfase se dará nos aspectos da coleta de dados que transcendem o questionário em si, geralmente ligados ao contexto e a identidade dos membros da equipe de pesquisa. Na segunda parte, as questões que envolvem a elaboração do questionário serão abordadas. Em ambos os casos, o objetivo maior é partilhar com os leitores aspectos da coleta de dados em uma pesquisa acadêmica que devem ser considerados quanto da elaboração do desenho da pesquisa.

QUAL PERGUNTA? PARA QUE RESULTADO?

Uma vez que o estudioso tenha definido o tema do seu estudo, uma questão decorrente é saber identificar a questão central da pesquisa: qual seria o objetivo principal? E os objetivos específicos? Em tese, questões simples de se identificar: a primeira, diz respeito a centralidade daquilo que se deseja saber e, a segunda, compõe o leque de questões que ajudarão o pesquisador a entender e responder a questão de pesquisa.

No desenho do projeto em análise, a intenção estruturante era entender como se dava o processo de captação, armazenamento, uso e descarte d'água nas comunidades quilombolas, observando os saberes e conhecimentos tradicionais que constituíam essas práticas, hábitos e costumes. No campo, aprendemos que a água era entendida, e simbolizava, muito mais do que apenas um elemento essencial à manutenção da vida. Existia também uma dimensão mágica/espiritual/religiosa que escapara a equipe no momento anterior ao campo, a fase de elaboração do questionário – não se vai aprofundar aqui essa perspectiva por não ser foco deste capítulo. Isto significa que, por melhor que fosse o questionário desenvolvido não

se conseguiria acessar esse outro olhar que nos chegou por meio da entrevista semiestruturada.

Para além disso, em outro campo interacional, o mesmo ocorreria ao longo dos contatos iniciais que a equipe estabelecia com as lideranças comunitárias das comunidades quilombolas. Ficava evidente um certo ressentimento e desconforto dessas lideranças, com algumas exceções, ao se relacionar com os representantes da universidade. De certo modo, havia ali uma percepção partilhada por diferentes lideranças de que os pesquisadores usariam os quilombos para se projetarem profissionalmente e depois desapareciam, nem mesmo os resultados do estudo eram partilhados com a comunidade quilombola: nada retorna ao quilombo!

Essa desconfiança era amenizada quando o estagiário do projeto, um aluno de graduação negro, cuidava desse primeiro encontro. Os coordenadores, dois professores brancos, tendiam a encontrar mais resistências e/ou dificuldades para agendar visitas e conversas com as lideranças quilombolas. Portanto, assim como os pesquisadores “leem e classificam” os sujeitos de pesquisa, são por eles “lidos e classificados”. Tentar entender essa questão pode ser bastante útil para o resultado final da coleta de dados.

O que se pretende salientar é que há várias questões relativas ao contexto das interações e às identidades dos pesquisadores que irão influenciar na recepção que receberão no campo e na qualidade da interação, seja no espaço urbano ou em comunidades tradicionais.

Estar atento a essas questões é tão importante quanto à confecção do questionário de pesquisa. Afinal, a não resposta é uma forma de resposta que pode ser entendida mais pelo contexto do que por aquilo que deixou de ser assinalado no questionário.

Mas, agora que o contexto foi observado, o próximo passo será tratar do questionário em si. No item abaixo, a metodologia será tratada. Em seguida os resultados e uma breve discussão que levará a conclusão do artigo.

METODOLOGIA

A elaboração de um questionário eficaz envolve várias etapas inter-relacionadas:

1. **Definição dos Objetivos da Pesquisa:** Antes de elaborar as perguntas, é crucial estabelecer claramente o que se deseja investigar. Objetivos bem definidos orientam a construção do questionário e garantem que as informações coletadas sejam pertinentes (Opinion Box, 2024).
2. **Conhecimento do Público-Alvo:** Compreender as características demográficas, culturais e sociais dos respondentes é fundamental para

- adaptar a linguagem e o conteúdo das perguntas, garantindo clareza e evitando ambiguidades (Opinion Box, 2024).
3. **Escolha dos Tipos de Perguntas:** As perguntas podem ser classificadas em abertas, fechadas, de múltipla escolha e de escala (como a escala de Likert). Cada tipo possui vantagens e limitações, devendo ser selecionado conforme o objetivo específico de cada questão (SurveyMonkey, 2023–2024). O uso equilibrado de perguntas abertas (máximo de duas, ao final e como opcionais) e maior presença de fechadas favorece a analítica e evita abandono (SurveyMonkey, 2023–2024).
 4. **Formulação das Perguntas:** As perguntas devem ser claras, objetivas e evitar termos técnicos ou jargões que possam confundir os respondentes. É importante evitar perguntas duplas ou tendenciosas que possam induzir a respostas específicas (SurveyMonkey, 2023–2024).
 5. **Estruturação e Sequenciamento:** Organizar o questionário de forma lógica, começando por perguntas gerais e avançando para questões mais específicas, facilita o fluxo de respostas e mantém o interesse do respondente (Wikipedia – pesquisa quantitativa, 2024).
 6. **Teste Piloto:** Aplicar o questionário a uma pequena amostra antes da coleta definitiva permite identificar e corrigir possíveis falhas, garantindo a eficácia do instrumento (Wikipedia – pesquisa quantitativa, 2024; Opinion Box, 2024).

Além disso, recomenda-se utilizar estratégias adicionais:

- I A **Enago Academy** reforça a importância de uma pergunta de pesquisa bem formulada, clara e relevante, com foco no propósito do estudo (Enago Academy, 2022).
- I O **Instituto QualiBest** destaca a necessidade de introduções explicativas, instruções claras e sequências lógicas para maximizar a compreensão e resposta (Instituto QualiBest, 2024).
- I A **UFSJ – Universidade Federal de São João del Rei** sugere um rascunho completo do questionário com revisão crítica, de forma que o instrumento seja robusto e funcional (UFSJ, 2024).

POSSÍVEIS RESULTADOS

A aplicação de um questionário bem elaborado pode resultar em:

- I **Dados Confiáveis:** Informações precisas que refletem a realidade do público-alvo (Opinion Box, 2024);

- | **Alta Taxa de Resposta:** Questionários claros e objetivos tendem a ser mais bem recebidos, aumentando a participação dos respondentes (SurveyMonkey, 2023–2024); e
- | **Facilidade na Análise:** Dados bem estruturados facilitam a tabulação e a interpretação dos resultados (Editverse, 2024–2025).

DISCUSSÃO

A qualidade dos dados coletados está intrinsecamente ligada à qualidade do questionário e da interação entre os pesquisadores e entrevistados. Erros na elaboração podem introduzir vieses, como perguntas mal formuladas que levam a interpretações errôneas ou respostas inconsistentes (SurveyMonkey, 2023–2024). Além disso, a ordem das perguntas pode influenciar as respostas, um fenômeno conhecido como “efeito de ordem”. Portanto, é essencial que os pesquisadores dediquem tempo e recursos adequados à construção e ao pré-teste dos questionários (Wikipedia – pesquisa quantitativa, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de questionários é uma arte que requer atenção aos detalhes e compreensão profunda dos objetivos da pesquisa e do público-alvo. Seguindo as etapas metodológicas apresentadas, é possível construir instrumentos eficazes que contribuam para a obtenção de dados válidos e confiáveis, essenciais para o sucesso de qualquer pesquisa estatística.

REFERÊNCIAS

- Editverse. *Elaboração de questionários eficazes para 2024–2025*. Editverse, 2024–2025.
- Enago Academy. *Como desenvolver uma pergunta de pesquisa relevante: tipos e exemplos*. Enago Academy, 2022.
- Instituto QualiBest. *7 dicas para criar um bom questionário de pesquisa*. Instituto QualiBest, 2024.
- Opinion Box. *Como criar um questionário de pesquisa – passo a passo completo*. Opinion Box, 2024.
- SurveyMonkey. *Como escrever boas perguntas para pesquisa*. SurveyMonkey, 2023–2024.
- UFSJ – Universidade Federal de São João del Rei. *Como elaborar um questionário*. UFSJ, 2024.
- Wikipedia. *Metodologia de pesquisa estatística*. Wikipédia, 2024.
- Wikipedia. *Pesquisa de mercado quantitativa*. Wikipédia, 2024.



C A P Í T U L O 8

A ATIVIDADE EXTENSIONISTA

Pedro Paulo Oliveira Lopes Coelho

Tecnologia em Construção Naval - UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0009-8205-8911>

Abimael Maia dos Santos Silva

Tecnologia em Construção Naval - UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0001-8352-1711>

RESUMO: Este capítulo apresenta uma reflexão crítica sobre o projeto “Atitudes Sustentáveis nos Quilombos”, realizado por estudantes da UERJ-ZO a partir de 2022. A iniciativa teve início no Quilombo Dona Bilina e expandiu-se para outras comunidades quilombolas do Rio de Janeiro, promovendo práticas sustentáveis no uso da água e articulando saberes acadêmicos e tradicionais. O texto discute os desafios de estabelecer vínculos com lideranças quilombolas, os métodos de contato adotados, os bastidores das ações e a importância das reuniões internas. Aborda também dificuldades enfrentadas por estudantes quilombolas no ensino superior e destaca manifestações culturais como formas de resistência. Por fim, evidencia o papel transformador da extensão universitária, promovendo trocas significativas, engajamento social e formação acadêmica mais crítica e comprometida.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária; Quilombos; Sustentabilidade; Saberes tradicionais; Educação crítica.

THE EXTENSION ACTIVITY

ABSTRACT: This chapter presents a critical reflection on the extension project “Sustainable Attitudes in Quilombos,” developed by students from UERJ-ZO starting in 2022. Initially focused on the Quilombo Dona Bilina, the initiative expanded to other quilombola communities in Rio de Janeiro, promoting sustainable water practices and dialogue between academic and traditional knowledge. The chapter discusses the challenges of engaging community leaders, the strategies used to build

trust, and the role of internal meetings and theoretical debates. It also addresses structural barriers faced by quilombola students in higher education and highlights cultural expressions as forms of resistance. Ultimately, the project reaffirms the transformative potential of university extension through mutual learning, social engagement, and the recognition of traditional knowledge.

KEYWORDS: University extension; Quilombola communities; Sustainability; Traditional knowledge; Critical education.

INTRODUÇÃO

A experiência extensionista representou um importante desafio acadêmico para nós, ao nos tirar da zona de conforto e nos inserir em um campo de conhecimento distinto daquele que estávamos acostumados a vivenciar no dia a dia da sala de aula, na graduação. De estudantes intramuros na UERJ-ZO, tornamo-nos agentes ativos, protagonistas, em uma atividade acadêmica de construção coletiva de saberes, sem hierarquias e atravessado por encontros transformadores e, ainda, pela audição de histórias fortes, marcantes, transformadoras.

Tomamos conhecimento da existência do projeto ainda em 2022, durante o evento SEANAV — Semana de Engenharia Naval da UERJ Zona Oeste, promovido pelo Departamento de Engenharia Naval e Pesca (DEPNAV). A programação consistia em uma série de palestras e apresentações de pesquisas acadêmicas desenvolvidas por docentes, discentes e convidados ao longo da semana. Foi em uma dessas apresentações que ouvimos, pela primeira vez, sobre o projeto “Promoção de Atitudes Sustentáveis no Quilombo Dona Bilina”. O interesse foi imediato, sobretudo devido à proposta de aplicar conhecimentos da química na busca por soluções sustentáveis para o tratamento de água em comunidades quilombolas.

Até então, nunca havíamos escutado sobre a possibilidade de tratar a água com amido de vegetais. A partir desse primeiro contato, buscamos nos aproximar mais do projeto por meio de conversas com o coordenador, uma voluntária e o bolsista da época, o que nos possibilitou compreender melhor seus objetivos, práticas e fundamentos. Inicialmente, nossa percepção era de que se tratava de uma ação baseada apenas em soluções práticas e acessíveis. No entanto, aos poucos, entendemos sua complexidade e profundidade metodológica, especialmente no que diz respeito ao diálogo com os saberes tradicionais e ao respeito às particularidades das comunidades quilombolas.

Em 2023, surgiu a oportunidade de participar do processo seletivo para atuar como bolsista no projeto. Fui selecionado como bolsista (Pedro) e, alguns meses depois, Abimael passou a integrar a equipe como voluntário. A partir de então, iniciamos nossa trajetória extensionista mantendo os princípios fundadores do

projeto, mas ampliando nossos horizontes acadêmicos, éticos e políticos, em busca de uma atuação mais consciente e transformadora.

O projeto, inicialmente chamado “Promoção de Atitudes Sustentáveis no Quilombo Dona Bilina”, em 2022, evoluiu em escopo e profundidade. Nessa expansão para outras comunidades quilombolas, foi redesenhado e renomeado, passando a se chamar “Atitudes Sustentáveis nos Quilombos”, o que ampliou seu alcance, reafirmando o compromisso com diferentes territórios, realidades, trajetórias, histórias e demandas. A proposta extensionista visa fomentar o diálogo entre o acadêmico e as comunidades visitadas desde a sua concepção, tendo como eixo central a temática do acesso, armazenamento, consumo e descarte de água nos territórios quilombolas, incentivando, aprendendo e promovendo trocas intelectuais entre saberes técnicos aliados e conhecimentos tradicionais.

A atuação no projeto teve início, de fato, em 2023, quando começamos a nos inteirar dos principais objetivos e frentes de ação da proposta extensionista. Um dos primeiros passos foi mapear as comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas no Estado do Rio de Janeiro. Para isso, utilizamos dados disponibilizados pela CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), pelo IBGE e pela Fundação Cultural Palmares. A proposta era obter um panorama mais preciso da quantidade e localização dessas comunidades, a fim de subsidiar as decisões do projeto e nortear os próximos passos.

Embora a tarefa parecesse, a princípio, simples — uma análise de dados públicos disponíveis na internet —, o levantamento revelou-se mais complexo do que o esperado. O reconhecimento oficial das comunidades quilombolas é um processo burocrático, lento e muitas vezes sujeito a atualizações não sistemáticas. Assim, além de filtrar e cruzar informações de diferentes fontes, foi necessário considerar a possibilidade de surgimento de novos territórios quilombolas ao longo dos anos. Esse fator exigiu uma atenção redobrada e fez com que o trabalho, inicialmente planejado para poucos dias, se estendesse por mais de duas semanas.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, até abril de 2023, havia 3.669 comunidades quilombolas certificadas no Brasil, sendo 147 localizadas no estado do Rio de Janeiro (FCP, 2023). No entanto, esse número tende a aumentar à medida que novas comunidades buscam reconhecimento oficial — o que reforça a necessidade de atualização constante das informações utilizadas no planejamento do projeto.

A atividade, apesar de desafiadora, nos proporcionou um contato inicial com a dimensão da luta quilombola por reconhecimento e com as dificuldades estruturais envolvidas nesse processo.

Entre nós, extensionistas, surgiram algumas inquietações nos momentos informais fora do grupo de pesquisa — muitas delas nos intervalos da rotina universitária — a respeito do início do contato com as comunidades quilombolas. Estávamos prestes a apresentar o projeto, nossas intenções e objetivos, e essa aproximação exigia cuidado, sensibilidade e responsabilidade.

Antes desse momento, havíamos recebido orientações dos coordenadores, que nos forneceram diretrizes teóricas e metodológicas importantes. No entanto, compreendemos, na prática, que executar o que se aprende na teoria é um processo bem distinto. Ensaiar uma abordagem com colegas próximos é uma coisa; vivenciar o diálogo real com lideranças e moradores, com suas histórias e experiências, é outra.

Trata-se de uma responsabilidade significativa, pois esse primeiro contato tem o potencial de definir a qualidade do vínculo estabelecido, influenciando diretamente a confiança mútua e a fluidez das ações do projeto. Por isso, esse momento foi encarado por nós não apenas como uma etapa de execução, mas como um verdadeiro exercício ético, político e relacional, que exige escuta ativa, humildade e disposição para aprender com o outro.

Durante o ano de 2024, o projeto manteve seu foco principal, mas incorporou o desafio de estabelecer vínculo com outras lideranças quilombolas do Estado do Rio de Janeiro. Reuniões mensais, entrevistas e diagnósticos locais revelaram que a comunicação clara e o respeito às formas de organização comunitária são cruciais para a efetividade das ações. Um ponto crucial do planejamento foi assegurar que o contato com as lideranças quilombolas se mantivesse constante e que a mensagem fosse transmitida com clareza, evitando ruídos informacionais que poderiam dificultar o engajamento. Comunicação clara, simples, honesta e acessível é essencial no contato inicial, além de gerar interesse, fortalece os vínculos com as comunidades quilombolas. Aliás, esse primeiro contato é quase sempre marcado por desconfiança tendo em vista que uma reclamação recorrente das lideranças e moradores dos territórios quilombolas é que o pesquisador se apropria das histórias, memórias e demais aspectos da cultura quilombola para se promover e nada retorna para a comunidade. Isto é, sentem-se usados pelos pesquisadores.

Como dissemos, os integrantes das comunidades quilombolas frequentemente demonstram desconfiança diante dos acadêmicos. Parte disso se deve ao histórico de experiências anteriores com pesquisas que exploraram suas vulnerabilidades sem oferecer contrapartidas concretas, segundo seus relatos. Além disso, a falta de comprometimento ético por parte dos pesquisadores pode também reforçar esse afastamento, segundo nossos interlocutores. Para superar ou minimizar essas barreiras, a equipe do projeto se comprometeu a adotar sempre uma escuta paciente, dedicada e aberta ao diálogo. Antes de falar, ouvir se fazia necessário, pois muito

já lhes foi dito sem que houvesse um comprometimento efetivo com a questão étnico racial.

Deste modo, o projeto buscou não falar pelas comunidades, mas criar condições para que elas próprias falassem por si. E essa é uma questão que nos trouxe outras reflexões sobre o ambiente acadêmico em si. A baixa representatividade de pessoas negras em espaços acadêmicos e decisórios em nosso país é um incontestável reflexo da escravidão e, posteriormente, da inexistência de políticas públicas socialmente inclusivas após a abolição. Como resultado, essas marcas históricas continuam a dificultar o acesso e a permanência dessas populações nos espaços de poder e saber.

Do nosso ponto de vista, a atuação dos coordenadores do projeto, com diferentes trajetórias acadêmicas, contribuiu efetivamente para a criação de um ambiente de escuta mútua, assim como para a valorização das intervenções e participações de lideranças e moradores nas reuniões com as comunidades contempladas. Até 2024, mantivemos contato, realizamos entrevistas ou nos reunimos com representantes das seguintes comunidades quilombolas: Cafundá Astrogilda, Quilombo do Feital, Camorim, Lagoa Feia e Quilombo do Pai Paulo. Além dessas, outras comunidades como Santa Rita do Bracuí, Sacopã, Sobara, Agbara Dudu, Espírito Santo e Grotão, bem como lideranças do Quilombo Vista Alegre, no Maranhão, demonstraram interesse inicial no projeto e se dispuseram a conhecer a proposta. O objetivo desses encontros foi o de construir parcerias respeitosas e horizontais, fortalecendo o protagonismo quilombola na luta por direitos, reconhecimento e dignidade.

REUNIÕES, ENTREVISTAS, VISITAS: COMO CHEGAMOS NO CAMPO?

O processo de contato com as lideranças quilombolas foi iniciado a partir de um mapeamento feito pela própria equipe extensionista. Para isso, buscamos informações em sites oficiais das comunidades, bem como em perfis nas redes sociais, como Instagram e Facebook. O interesse inicial demonstrado por parte das comunidades foi bastante promissor. No entanto, esse engajamento não se manteve diretamente proporcional quando o convite envolvia o compartilhamento de vivências pessoais e da luta coletiva das lideranças quilombolas.

Com o intuito de estabelecer uma comunicação mais efetiva, foi elaborado um formulário acompanhado de uma carta de apresentação, com linguagem acessível e objetiva. A proposta era possibilitar que as lideranças compartilhassem, de forma livre, suas especificidades. O envio desse material foi realizado ao longo de um bimestre, com acompanhamento periódico por parte da equipe, tanto para esclarecer dúvidas quanto para verificar a recepção e o andamento das respostas.

Apesar do planejamento cuidadoso, a taxa de resposta foi inferior à expectativa inicial. De um total de vinte e duas (22) comunidades quilombolas contatadas, menos da metade respondeu ao questionário e aceitou participar de reuniões por videoconferência. Esse retorno abaixo do esperado gerou, a princípio, certo desânimo, especialmente por se tratar do primeiro grupo de pesquisa formado por estudantes da UERJ, uma universidade historicamente reconhecida pela sua atuação crítica e socialmente engajada. Havia o desejo de realizar um trabalho de excelência, que fizesse jus à instituição e à relevância do tema. No entanto, esse resultado também se tornou um dado significativo a ser analisado. Fatores como a rotina intensa das lideranças, as limitações de acesso à internet e, sobretudo, a desconfiança diante de pesquisadores externos se revelaram aspectos centrais para compreender a baixa adesão.

Ainda assim, algumas experiências pontuais foram extremamente enriquecedoras. Uma liderança quilombola do município de Magé, por exemplo, demonstrou grande sensibilidade e receptividade ao projeto. Em uma conversa longa e descontraída, compartilhou detalhes sobre a história do quilombo – anteriormente uma fazenda – e as principais atividades econômicas desenvolvidas, como a coleta de caranguejos e mariscos, o turismo e o artesanato. A confiança estabelecida nessa conversa rendeu dois novos contatos com outras comunidades também localizadas na região de Magé, das quais uma participou efetivamente de entrevista e contribuiu com a pesquisa. Essa vivência reforçou entre os extensionistas a importância de compreender que o sucesso do projeto não reside necessariamente na quantidade de respostas obtidas, mas na qualidade das trocas, no compromisso ético e na dedicação com que se conduz o trabalho. Pequenas conquistas também constroem grandes resultados.

No âmbito interno, as reuniões da equipe extensionista aconteceram de forma remota, ao menos uma vez por mês, geralmente nas primeiras ou segundas segundas-feiras do mês, respeitando a disponibilidade dos membros, que conciliavam o projeto com outras demandas acadêmicas e profissionais. A equipe foi composta por Anderson Moraes, André Pereira, Rosana da Paz, Maria Francisca, Jeferson Rosa, Pedro Oliveira e Abimael Maia. Nessas reuniões, além do alinhamento de estratégias e definição das próximas ações, promovemos leituras e discussões de textos voltados à temática quilombola e à sustentabilidade em territórios tradicionais.

Entre os materiais debatidos, destacamos o artigo *Quilombolas como “Coletividades Verdes”: Contestando e incorporando o ambientalismo na Mata Atlântica, Brasil*, publicado na revista *Ambiente & Sociedade* (2017), que analisa como comunidades quilombolas da Mata Atlântica assumem o protagonismo na proteção ambiental, ao mesmo tempo em que resistem a modelos de conservação impostos externamente. Também foi objeto de estudo o artigo de Queiroz e Oliveira (2018), *Qualidade da água em comunidades quilombolas do Vão Grande, município*

de Barra do Bugres (MT), que apresenta um diagnóstico das condições hídricas em comunidades tradicionais da região Centro-Oeste, revelando vulnerabilidades no acesso à água potável.

Outros textos relevantes incluíram *Eervas que alimentam, curam e florescem identidades*. In: SILVA, Anderson Moraes de Castro e; PEREIRA discute a relação entre o uso tradicional de plantas medicinais e os processos de afirmação cultural e identitária em comunidades tradicionais, especialmente quilombolas. Os autores exploram como o conhecimento e o manejo das ervas vão além da dimensão terapêutica, funcionando também como práticas simbólicas e políticas que fortalecem vínculos comunitários, resistem à invisibilidade social e preservam saberes ancestrais, *Práticas Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável: um scoping review sobre caracterização de saúde e saneamento em comunidades quilombolas situados no entorno de capitais brasileiras*. Essas leituras ampliaram o repertório crítico da equipe, fornecendo subsídios para a condução mais sensível e contextualizada do projeto.

A análise crítica dos textos científicos, aliada aos debates em grupo, proporcionou uma compreensão mais aprofundada das realidades vivenciadas pelas comunidades quilombolas da região Sudeste. Questões legais, ambientais, culturais e relacionadas às políticas públicas foram discutidas com atenção e seriedade. Um dos temas debatidos com maior intensidade foi o impacto de legislações ambientais na vida cotidiana das comunidades: embora essas leis se proponham a preservar o meio ambiente, muitas vezes são implementadas sem o devido diálogo com os povos tradicionais, inviabilizando práticas históricas de manejo e subsistência.

O caso do Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo, foi um dos exemplos analisados. As ações de turismo “educativo” promovidas na região, longe de beneficiar as comunidades locais, geraram efeitos adversos, como o aumento da poluição e a ampliação das restrições territoriais impostas aos quilombolas. Essas discussões ajudaram a equipe a perceber a complexidade das relações entre conservação ambiental, território e justiça social, reforçando a importância de uma abordagem sensível e dialógica em projetos de extensão (SANCHO-PIVOTO; RAIMUNDO, 2023).

NÓS POR NÓS MESMOS! O LUGAR DE FALA DOS QUILOMBOLAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Apesar dos avanços do projeto, muitos desafios permanecem. A fala quilombola ainda encontra pouco espaço na academia, nas políticas públicas e na mídia. Barreiras geográficas, racismo estrutural e conflitos com políticas estatais dificultam a inclusão plena dessas populações. A juventude quilombola, nesse contexto, assume papel fundamental na continuidade das lutas e na preservação dos saberes e modos de vida. Mas, no campo, observamos que nem sempre a juventude presente nesses territórios pretende permanecer na região, pois, em determinados contextos, o

vínculo as comunidades podem ser entendidas como um fator que impossibilitaria a ascensão social. Isso é ainda mais recorrente nas comunidades que se encontram alijadas de seus recursos hídricos originários, como fontes d'água rios e lagos, ainda que eles se encontrem dentro da área demarcada.

Em nosso caso, a linguagem utilizada nas interações revelou-se um elo essencial. Em uma das entrevistas, a liderança quilombola ressaltou a importância do respeito e da escuta ativa por parte dos pesquisadores isso foi reiterado algumas vezes, em diferentes contextos, ao longo do projeto. Essa advertência evidenciou, do ponto de vista metodológico, o quanto o cuidado com o tratamento empregado com os nossos interlocutores foi capaz de fortalecer vínculos e possibilitar acessos, resultando em uma atuação mais ética e transformadora para todos nós.

De outro lado, o projeto também trouxe à tona os desafios enfrentados por estudantes quilombolas no ensino superior, especialmente nas universidades públicas do Rio de Janeiro. Na UFRRJ, a burocracia para homologação de bolsas, a curta divulgação de prazos e a falta de acompanhamento institucional foi apontado como um fator que desestimula os estudantes, principalmente na graduação.

Já a UFRJ e a UNIRIO, apesar de estarem sob a Lei Estadual 8.121/2018, que reserva 20% das vagas para pretos, pardos, indígenas e quilombolas, não possuem cotas autônomas para quilombolas. Em consequência, os dados mostram um ingresso ínfimo de alunos oriundos de comunidades quilombolas: apenas cerca de 0,13% dos estudantes se identificam como quilombolas. Essa invisibilidade estrutural impede o acesso e, principalmente, a permanência desses estudantes nas universidades. Portanto, para que universidades como UFRJ, UFRRJ e UNIRIO cumpram efetivamente sua função social, seria necessário repensar seus processos de ingresso e permanência. Ampliar as cotas específicas, flexibilizar as exigências burocráticas e promover ações afirmativas contínuas seriam passos fundamentais.

Além disso, abordamos aspectos relacionados à cultura, à resistência e à vivência cultural evidenciados nos depoimentos das lideranças quilombolas. Uma dessas lideranças, por exemplo, considera que o jongo assume um papel central na dinâmica comunitária onde vive, funcionando não apenas como expressão lúdica, mas como prática política de afirmação identitária. Preservar e viver a própria identidade, nesses contextos, seria então, para ele, um ato de resistência cotidiana. Afinal, tratar-se-ia de uma cultura viva, em constante construção, onde cada gesto, cada palavra e cada manifestação carregariam em si significados profundos. Nessa acepção, práticas como a alimentação ganham um estatuto simbólico e sagrado. Lembramos que nesse dia, logo após a fala dessa liderança em uma roda de conversa, fomos convidados a partilhar uma feijoada – momento precedido por uma roda de canto, que reforçou o sentido coletivo e ritualístico do encontro. Ao final, realizamos uma roda a céu aberto, em que cada participante teve a oportunidade de tomar a palavra

e propor reflexões finais. Esse encerramento foi, em si, um gesto político e simbólico: a partilha da palavra como forma de ampliar olhares e fomentar novas abordagens para problemas históricos que ainda marcam nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participar dessa experiência acadêmica foi, portanto, um marco inesquecível em nossa trajetória individual. Um aprendizado que ultrapassa os muros da universidade e se inscreve, de forma ética e afetiva, na prática cidadã. A vivência no território quilombola nos desafiou a repensar não apenas nossas certezas acadêmicas, mas também a maneira como nos posicionamos diante das realidades sociais historicamente marginalizadas. O contato direto com a comunidade, suas histórias, saberes e modos de vida revelou a potência de uma educação que se constrói com o outro, em diálogo constante com os territórios e suas singularidades.

Mais do que observar, fomos chamados a escutar com atenção, a respeitar os silêncios e os tempos de cada narrativa, reconhecendo o valor de saberes que, muitas vezes, são desconsiderados ou invisibilizados pelos espaços formais de ensino. Nesse processo, compreendemos que a extensão universitária não deve ser encarada como mera aplicação de conhecimento técnico-científico, mas como um caminho de troca, aprendizado mútuo e construção coletiva.

Essa experiência também nos convocou à autorreflexão. A escuta das lideranças e dos moradores suscitou em nós questionamentos sobre privilégios, responsabilidades sociais e o papel que ocupamos enquanto estudantes universitários em uma sociedade profundamente marcada por desigualdades. Aprendemos, sobretudo, que o conhecimento não se encerra nos livros ou nas salas de aula, mas pulsa na oralidade, na cultura, na memória e nas práticas cotidianas dos povos tradicionais.

Diante disso, reafirmamos o papel transformador da extensão universitária como ponte entre a universidade e a sociedade. Ao promover vivências como essa, a formação acadêmica torna-se mais sensível, mais humana e comprometida com as lutas coletivas. Encerrar essa jornada com a consciência ampliada, o olhar mais atento e o coração mais disponível são, sem dúvida, um dos maiores legados que essa experiência poderia ter nos proporcionado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UFRJ. Resolução Consume nº 24/2020. Normatiza a verificação de autodeclaração racial por comissões de heteroidentificação. Disponível em portal da Comissão de Políticas Raciais.¹

UFRJ. Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade – SGAADA. UFRJ Antirracista: a Universidade está mudando, nem um passo atrás. 2022.²

UFRJ. Conselho de Ensino para Graduados – CEPG. Cotas obrigatórias em pós-graduação (20% para PPI, 5% PCDs). Resolução aprovada em 15 jun. 2022.³

UFRRJ. Portaria nº 2.271/2019. Criação da Câmara de Políticas Raciais para monitoramento de ações afirmativas. Disponível via SINTUFRJ.⁴

UERJ. Lei Estadual nº 3.708/2001; Lei nº 4.151/2003; Lei nº 5.346/2008; Lei nº 8.121/2018. Estabelecem o sistema de cotas raciais (negros, indígenas, quilombolas) e sociais (rede pública, PCDs).⁵

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades Quilombolas Certificadas. Brasília: FCP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/comunidades-quilombolas/certificacao>.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; ARAÚJO, José Ribamar de. Quilombolas como “coletividades verdes”: contestando e incorporando o ambientalismo na Mata Atlântica, Brasil. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 159–180, jul.–set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0093r1v2032017>

FERREIRA, Ana Paula da Silva; MARTINS, Bruno Ricardo Mota. Caracterização de saúde e saneamento em comunidades quilombolas situados no entorno de capitais brasileiras: uma revisão do tipo scoping review. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 10, p. 3981–3994, 2022.

QUEIROZ, Sandra R.; OLIVEIRA, Cícero F. Qualidade da água em comunidades quilombolas do Vôo Grande, município de Barra do Bugres (MT). Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 4, n. 8, p. 31–48, 2018.

SANCHO-PIVOTO, Sidnei; RAIMUNDO, Altair. Parque Estadual da Serra do Mar (SP), populações locais e serviços ecossistêmicos culturais. Geousp, v. 27, n. 2, p. 1–23, maio-ago. 2023.

SILVA, Anderson Moraes de Castro e; PEREIRA, André Rodrigues. Ervas que alimentam, curam e florescem identidades. In: SILVA, Anderson Moraes de Castro e; PEREIRA, André Rodrigues (org.). **Educação, saúde e direitos humanos como promotores de uma sociedade mais justa**. Rio de Janeiro: Inovar, 2024. p. 556-570.

SOBRE OS ORGANIZADORES

ANDERSON MORAES DE CASTRO E SILVA: atua como professor associado na UERJ. É líder do grupo de pesquisa Harpia - Empreendedorismo, Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural e Coordenador do Projeto de Extensão Atitudes Sustentáveis nos Quilombos.

ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA: atua como professor adjunto na UERJ. Formado em Engenharia Química pela UFRJ, mestre e doutor em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos. Criou, em 2022, e hoje integra o Projeto de Extensão Atitudes Sustentáveis nos Quilombos. Desenvolve projetos na área de sustentabilidade, valorização de resíduos sólidos e tratamento e reuso de efluentes.



Atitudes Sustentáveis nos QUILOMBOS

VOLUME 1 - ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉️ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- ⬇️ www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atitudes Sustentáveis nos QUILOMBOS

VOLUME 1 - ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



@atenaeditora



www.facebook.com/atenaeditora.com.br